

ATA DA NONAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 05-10-2022.

---

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, de forma presencial, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Enio Kaufmann, Felipe Camozzato, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Kaká D`Ávila, Laura Sito, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cezar Augusto Schirmer, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 023/22 (Processo nº 0619/22), de autoria de Jonas Reis; o Projeto de Lei do Legislativo nº 107/22 (Processo nº 0206/22), de autoria de Moisés Maluco do Bem; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 336/22 e 370/22 (Processos nºs 0664/22 e 0737/22, respectivamente), de autoria de José Freitas; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 339/22 (Processo nº 0736/22), de autoria de Comandante Nádia. Também, foram apregoados os Ofícios nºs 3784/22 e 3933/22, do Prefeito, respectivamente encaminhando o Veto Total ao Projeto de Lei do Legislativo nº 091/22 (Processo nº 0172/22), e solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Executivo nº 018/22 (Processo nº 0485/22). Ainda, foi apregoadado o Ofício nº 4000/22, do Vice-Prefeito, informando a sua Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia sete ao dia trinta e um de outubro do corrente. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudio Janta, solicitando a alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão, passando-se imediatamente ao período de Pauta. Foi apregoadado Requerimento de Roberto Robaina, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia três ao dia sete de outubro do corrente, bem como foi informado que, no dia três de outubro, o suplente Prof. Alex Fraga foi empossado na vereança, em substituição, passando a integrar a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. Também foi apregoadado Requerimento de Airto Ferronato, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia três ao dia sete de outubro do corrente, bem como foi informado que, no dia quatro de outubro do corrente, o suplente Enio Kaufmann foi empossado na vereança, em substituição, passando a integrar a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do MERCOSUL. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 018/22, o Projeto de Lei do Executivo nº 029/22, e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 221/22 e 294/22. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Aldacir Oliboni. Às quatorze horas e vinte e nove minutos, constatada a existência de quórum

deliberativo, foi iniciada a Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 024/22 (Processo nº 0680/22), após ser discutido por Jonas Reis. A seguir, foram apregoados os seguintes Requerimentos, solicitando votação em destaque para matérias acessórias apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/22: de autoria de Bruna Rodrigues, para as Emendas nºs 01 e 02; de autoria de Aldacir Oliboni, para as Emendas nºs 03, 06 e 07; de autoria de Daiana Santos, para as Emendas nºs 08, 10, 11 e 13; de autoria de Laura Sito, para a Emenda nº 15; e de autoria de Jonas Reis, para as Emendas nos 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45 e 46. Foram votadas destacadamente e rejeitadas as seguintes emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/22: Emenda nº 01, por quatorze votos SIM e dezenove votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, Claudio Janta, Karen Santos e Jonas Reis, em votação nominal solicitada por Claudio Janta, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Enio Kaufmann, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário; Emenda nº 02, por quatorze votos SIM e dezoito votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Laura Sito, Prof. Alex Fraga e Pedro Ruas, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Enio Kaufmann, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário; Emenda nº 03, por quatorze votos SIM e vinte votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Karen Santos, Aldacir Oliboni, Jonas Reis e Leonel Radde, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Enio Kaufmann, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário; Emenda nº 06, por quinze votos SIM e dezoito votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, Jonas Reis, Mari Pimentel e Claudio Janta, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Enio Kaufmann, Jessé Sangalli, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel

Radde, Matheus Gomes, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário; Emenda nº 07, por onze votos SIM e dezoito votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Aldacir Oliboni, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Enio Kaufmann, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal e Ramiro Rosário; Emenda nº 08, por quinze votos SIM e dezoito votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Daiana Santos, Karen Santos e Leonel Radde, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Enio Kaufmann, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário; e Emenda nº 10, por quatorze votos SIM e dezessete votos NÃO, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Enio Kaufmann, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Na oportunidade, foi registrada a intenção de Gilson Padeiro em votar favoravelmente à Emenda nº 08. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Daiana Santos, solicitando que as Emendas nºs 11 e 13 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/22 fossem votadas conjuntamente. Foram votadas conjunta e destacadamente e rejeitadas as Emendas nºs 11 e 13 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/22, por onze votos SIM e dezoito votos NÃO, em votação nominal solicitada por Claudio Janta, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Enio Kaufmann, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal e Ramiro Rosário. Na oportunidade, foi registrada a intenção de Lourdes Sprenger em

votar contrariamente às Emendas nº 11 e 13. Foram votadas destacadamente e rejeitadas as seguintes emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/22: Emenda nº 15, por quatorze votos SIM e dezoito votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Laura Sito e Karen Santos, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jessé Sangalli, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário; Emenda nº 16, por onze votos SIM e dezesseis votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Jonas Reis, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Márcio Bins Ely e Pedro Ruas, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mônica Leal e Psicóloga Tanise Sabino; Emenda nº 17, por doze votos SIM e dezessete votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Jonas Reis, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário; e Emenda nº 18, por quatorze votos SIM e dezenove votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Jonas Reis, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Enio Kaufmann, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Cláudia Araújo, solicitando que as Emendas nºs 19, 20 e 23 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/22 fossem votadas conjuntamente. Foram votadas conjunta e destacadamente e rejeitadas as Emendas nºs 19, 20 e 23 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/22, por dez votos SIM e vinte votos NÃO, após serem encaminhadas à votação por Jonas Reis, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Enio Kaufmann, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Prof.

Alex Fraga, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foram votadas destacadamente e rejeitadas as seguintes emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/22: Emenda nº 21, por dez votos SIM e dezoito votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Jonas Reis, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Enio Kaufmann, Jonas Reis, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário; e Emenda nº 22, por nove votos SIM e dezenove votos NÃO, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Enio Kaufmann, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Jonas Reis, solicitando que as Emendas nºs 24 e 25 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/22 fossem votadas conjuntamente. Foram votadas conjunta e destacadamente e rejeitadas as Emendas nºs 24 e 25 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/22, por onze votos SIM e vinte votos NÃO, após serem encaminhadas à votação por Jonas Reis, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Enio Kaufmann, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Jonas Reis, solicitando que as Emendas nºs 26 e 27 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/22 fossem votadas conjuntamente. Foram votadas conjunta e destacadamente e rejeitadas as Emendas nºs 26 e 27 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/22, por doze votos SIM e dezoito votos NÃO, após serem encaminhadas à votação por Jonas Reis, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Enio Kaufmann, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer,

Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. A Emenda nº 28 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/22 foi aprovada por dezessete votos SIM e dezesseis votos NÃO, após ser encaminhada por Jonas Reis, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Daiana Santos, Enio Kaufmann, Giovane Byl, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foram votadas destacadamente e rejeitadas as seguintes emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/22: Emenda nº 29, por dez votos SIM e quinze votos NÃO, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Mônica Leal e Prof. Alex Fraga, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel e Ramiro Rosário; Emenda nº 30, por onze votos SIM e dezenove votos NÃO, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Enio Kaufmann, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Mônica Leal e Prof. Alex Fraga, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário; Emenda nº 31, por quatorze votos SIM e dezessete votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Jonas Reis, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Enio Kaufmann, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Jonas Reis, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes e Prof. Alex Fraga, e votado Não Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário; Emenda nº 32, por treze votos SIM e dezoito votos NÃO, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Enio Kaufmann, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Márcio Bins Ely e Prof. Alex Fraga, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson

Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário; e Emenda nº 33, por treze votos SIM e dezesseis votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Jonas Reis e Claudio Janta, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Enio Kaufmann, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Márcio Bins Ely e Prof. Alex Fraga, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Na oportunidade, foi registrada a intenção de Enio Kaufmann em votar contrariamente à Emenda nº 29. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Aldacir Oliboni, solicitando que as Emendas nºs 34, 35, 36, 42, 43, 44, 45 e 46 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/22 fossem votadas conjuntamente. Foram votadas conjunta e destacadamente e rejeitadas as Emendas nºs 34, 35, 36, 42, 43, 44, 45 e 46 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/22, por doze votos SIM e dezoito votos NÃO, após serem encaminhadas à votação por Jonas Reis, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Enio Kaufmann, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes e Prof. Alex Fraga, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foram votadas destacadamente e rejeitadas as seguintes emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/22: Emenda nº 40, por doze votos SIM e dezenove votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Jonas Reis, Cláudia Araújo e Aldacir Oliboni, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Márcio Bins Ely e Prof. Alex Fraga, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Enio Kaufmann, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário; e Emenda nº 41, por onze votos SIM e dezenove votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Jonas Reis e Cláudia Araújo, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Enio Kaufmann, Jonas Reis, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Prof. Alex Fraga, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foram

votados conjuntamente o Projeto de Lei do Executivo nº 024/22 e as Emendas nºs 04, 05, 09, 12, 14, 37, 38 e 39 a ele apostas, as quais receberam parecer da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do MERCOSUL favorável à aprovação e não foram destacadas, e aprovados por vinte e três votos SIM e nove votos NÃO, após serem encaminhados por Moisés Maluco do Bem e Jonas Reis, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Enio Kaufmann, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, e votado Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes e Prof. Alex Fraga. Na sequência, foi apregoado o Ofício nº 3997/22, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/22 (Processo nº 0748/22). Às dezoito horas e trinta e um minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Claudio Janta, Giovane Byl, Mari Pimentel e Moisés Maluco do Bem. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

---

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Boa tarde. Comunico que o comparecimento do Sr. Prefeito Sebastião Melo, previsto para ocorrer no dia de hoje, será transferido para a próxima sessão ordinária, no dia 10 de outubro de 2022.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo o Ofício nº 4.000/22, firmado pelo Sr. Ricardo Gomes, vice-prefeito municipal de Porto Alegre, informando que estará em Licença para Tratar de Assunto de Interesse Particular no período de 7 a 31 de outubro de 2022.

Apregoo requerimento firmado pelo Ver. Roberto Robaina, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no período de 3 a 7 de outubro de 2022.

Informo que no dia 3 de outubro, o suplente Prof. Alex Fraga foi empossado na vereança em cerimônia realizada no gabinete da presidência, passando a integrar a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE.

Apregoo requerimento firmado pelo Ver. Airto Ferronato, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no período de 3 a 7 de outubro de 2022.

Informo que no dia 4 de outubro de 2022, o suplente Enio Kaufmann foi empossado na vereança em cerimônia realizada no gabinete da presidência, passando a integrar a Comissão de Economia, Finanças e Orçamento do Mercosul – CEFOR.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **2ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0502/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 018/22**, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que altera o caput do art. 1º da Lei Complementar nº 555, de 13 de julho de 2006 – que proíbe, no Município de Porto Alegre, o uso de produtos fumígenos em recintos coletivos e em recintos de trabalho coletivo –, e alterações posteriores, incluindo no rol de proibições o uso de dispositivos eletrônicos para fumar. **(SEI 138.00017/2022-34)**

**PROC. Nº 0427/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 221/22**, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que declara de utilidade pública o Departamento de Tradições Gaúchas Galpão Missioneiro. **(SEI 138.00013/2022-56)**

**PROC. Nº 0582/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 294/22**, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que denomina Rua Tenente João Alberto do Nascimento o logradouro público cadastrado conhecido como Rua D, Jardim Morada do Sol, localizado no Bairro Cel. Aparício Borges. **(SEI 039.00059/2022-93)**

**PROC. Nº 0739/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 029/22**, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da União, até o valor de US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares). **(SEI 118.00445/2022-87)**

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Nobre Presidente em exercício, Ver. Giovane Byl; colegas vereadores e vereadoras; público que acompanha a nossa sessão nesta tarde; esperávamos a vinda do prefeito municipal e recebemos a

informação de que ele virá na próxima segunda-feira. Conversei com o nobre líder do governo, o Ver. Janta, sobre o diálogo que nós tivemos tanto com o Ver. Janta quanto com o prefeito municipal sobre o projeto de lei que está vindo para a Câmara sobre o passe livre para o 2º turno. É óbvio que, se não tiver nenhuma intercorrência com outra data, nós estaremos apoiando o projeto de lei na segunda-feira, nas conjuntas, e na votação da próxima quarta-feira. Assim daremos a oportunidade a todos os cidadãos e cidadãs a serem livres e terem o apoio do braço do poder público quanto ao transporte público na cidade.

Por outro lado, vamos ter hoje à tarde a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem um número significativo de emendas. Eu destacaria duas emendas importantes que já foram destacadas, para nós discutirmos e votarmos separadamente. Uma dialoga com o servidor público na reposição salarial ou nas perdas salariais ao longo de vários anos. Nós não estamos condicionando na emenda o pagamento de todas essas perdas sem antes discutir com o sindicato, com o Simpa, possibilitando uma mesa de negociações. É exatamente isto: a emenda autoriza a reposição na medida em que o governo faça um calendário dessa reposição, para discutir com os representantes dos servidores. Portanto, fizemos um apelo ao governo para que aceite essa emenda, que nada mais é do que aceitar a abertura do diálogo com os servidores.

A outra emenda dialoga com a questão do piso nacional de salário dos servidores da Saúde, mais precisamente dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemias. O que aconteceu nos últimos três meses? Aprovado no Congresso Nacional e sancionado, o recurso passou a vir, de fundo a fundo, para os estados e municípios. O Município de Porto Alegre, Ver. Cassiá, recebeu o recurso do piso nacional de salário no dia 7 de junho, e esse recurso está no caixa do Município, no caixa da Secretaria da Fazenda.

Cobrado sobre isso, o prefeito esteve aqui, na Câmara de Vereadores, e disse o seguinte: “Nós recebemos um certo valor que, em tese, representaria o recurso do fundo para o piso nacional dos salários, acontece que muitos servidores têm muitos anos de casa e aí tem um certo valor que tem que ser incorporado, o governo não mandou esse valor da diferença, e eu tenho que saber de onde vou tirar o recurso para pagar.” E ainda fez um apelo: “Eu preciso que vocês, vereadores, incorporem algo na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na peça orçamentária, para eu ser autorizado a pagar esse recurso.” Essa emenda vai tratar disso, portanto, não tem como votarmos contra algo que o próprio prefeito disse: “Se vocês não aprovarem, eu não tenho como pagar.” Seria, em tese, se o governo não pagar, uma apropriação indébita de um recurso que está vindo para tal finalidade e o governo não está pagando. Portanto, em nome da liderança da oposição, nós fizemos esse apelo ao governo, pela sensibilidade a essas emendas e ao projeto que virá à Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB) – às 14h29min:** Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0680/22 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 024/22**, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023. **(SEI 118.00405/2022-35)**

#### **Parecer:**

- da **CEFOR**. Relator Ver. Moisés Barboza: pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 04, 05, 09, 12, 14, 37, 38 e 39, e pela rejeição das Emendas nºs 01, 02, 03, 06, 07, 08, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45 e 46.

#### **Observações:**

- com Emendas nºs 01 e 02, da Associação dos Servidores do Hospital de Pronto Socorro Municipal de Porto Alegre (ASHPS), da Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre (ASTEC), do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (Simpa) e da Associação de Engenheiros e Arquitetos do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (ASEAD);
- com Emendas nºs 03, 06, 07 e 14, do Ver. Aldacir Oliboni;
- com Emendas nºs 04 e 05, da CEFOR;
- com Emendas nºs 08, 09, 10, 11, 12 e 13, da Ver<sup>a</sup> Daiana Santos;
- com Emenda nº 15, da Ver<sup>a</sup> Laura Sito;
- com Emendas nºs 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45 e 46, do Ver. Jonas Reis;
- para aprovação, maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos Vereadores – art. 53, *caput*, c/c art. 82, *caput*, da LOM;
- o Projeto será votado com as Emendas com Parecer pela aprovação, nos termos do art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- para a votação em separado de Emenda com Parecer pela aprovação ou rejeição, será necessário requerimento subscrito por um terço dos membros da Casa – art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- durante a Ordem do Dia não serão admitidas Emendas (art. 120, § 2º, do Regimento);
- discutiram a matéria os Vereadores Aldacir Oliboni e Leonel Radde em 03-10-22;
- incluído na Ordem do Dia em 03-10-22.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em discussão o PLE nº 024/22. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha este debate, este momento importante de discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano vindouro. Primeiramente, queria deixar aqui o meu abraço a todas as eleitoras e eleitores que puderam comparecer às urnas no último domingo e eleger projetos de mudança nos parlamentos, nos governos. Em Porto Alegre não foi diferente, quero parabenizar os colegas e as colegas eleitos que vão, claro, levar a força de Porto Alegre aos parlamentos. Meu abraço muito carinhoso também aos que concorreram e não conseguiram êxito, mas estiveram participando da festa da democracia, colocando seus nomes à disposição e isso é muito salutar. Precisamos preservar a democracia sempre para que as divergências sejam discutidas, para que o povo seja representado e tenha o direito de escolha, que é fundamental.

Mas vou ao tema crucial da cidade de Porto Alegre, que é o orçamento. Dinheiro para quem? Prefeito Melo, dinheiro para quem? O senhor deve botar a mão na consciência porque já vai encerrar dois anos do seu governo e o transporte está sucateado – sucateado! As pessoas andam em ônibus que pegam fogo. Flagrei às 8h da noite, há 10 dias, a linha Restinga/Tristeza parou na esquina da Av. Juca Batista com a Av. Celestino Bertolucci, pegando fogo no pneu. Sabe como é que o motorista descobriu? Porque os motoristas de carro que vinham atrás avisaram. Ainda bem que tinha extintor. Só caco velho circulando na cidade. É fundamental mudar a lei imediatamente! Se eles querem ter concessões, têm que botar ônibus que funcione nesta cidade. E digo mais: essa proposta que o prefeito aprovou aqui, tirando os cobradores, está criando acidentes nos ônibus, porque, quando o ônibus fica lotado, o espelho fica com ponto cego, o motorista não enxerga quando exatamente desceu todo mundo do ônibus; muito idoso está caindo dos ônibus. E não é porque o motorista quer, é porque antes o cobrador auxiliava, ajudando a ver. Então, esses acidentes que estão acontecendo estão na conta de quem votou pela extinção dos cobradores – espero que revejam isso! Espero que revejam, porque o resultado eleitoral mostrou que todo mundo que estava com o prefeito, nessas leis orçamentárias antipovo dos anos anteriores, não foi eleito. Não foram eleitos nem homens e nem mulheres que estiveram com Melo até aqui, por quê? Porque só temos mais de 5 mil crianças de 4 e 5 anos sem escola, pois não foram criadas vagas. Ele não faz escola; o direito à educação, esse prefeito não faz. Nessa lei, ele tem o dever de melhorar isso.

Saúde: tirou ginecologistas, pediatras dos postos. O povo está dando o recado nas urnas; extinguiu o IMESF, demitiu um monte de gente. O povo está dando o recado. Sucateia as estruturas públicas, não faz concurso, está lá o DEMHAB, no ano passado, de R\$ 37 milhões que tinha no fundo, devolveu R\$ 30 milhões para a caixa único porque não tem RH para trabalhar. E aí? Na LDO, há a previsão de concurso para engenheiro, para arquiteto, para técnico, para fazer habitação interesse social nesta cidade. Este é o meu questionamento! Ou a LDO oxigena este Município e prepara ele para o futuro, com mais educação, com mais saúde, mais saneamento, transporte de

qualidade, redistribuição de renda – está lá a FASC também sem concurso, a FASC abandonada; o CREAS Leste, denunciado aqui, está sem luz há semanas! E aí não resolvem. Na LDO, não tem nem a previsão de dinheiro para retomar a luz do CREAS Leste. Eu peço a sensibilidade para que, nesta LDO, aprovem emendas que tragam robustez aos direitos sociais, que o povo acesse e não só dinheiro para os superpoderosos da cidade.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Encerrada a discussão.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para as Emendas n<sup>os</sup> 01 e 02 ao PLE n<sup>o</sup> 024/22.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para as Emendas n<sup>os</sup> 03, 06 e 07 ao PLE n<sup>o</sup> 024/22.

Apregoo requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para as Emendas n<sup>os</sup> 08, 10, 11 e 13 ao PLE n<sup>o</sup> 024/22.

Apregoo requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Laura Sito, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda n<sup>o</sup> 15 ao PLE n<sup>o</sup> 024/22.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para as Emendas n<sup>os</sup> 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45 e 46 ao PLE n<sup>o</sup> 024/22.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação a Emenda n<sup>o</sup> 01, destacada, ao PLE n<sup>o</sup> 024/22. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Nobre, Presidente; colegas vereadores e vereadoras, como eu disse, tem mais de 40 emendas, e a primeira é de iniciativa popular do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre – Simpa, que pede a reposição salarial dos anos 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e, na previsibilidade, 2023, porque a peça orçamentária é para o próximo ano. Por que será que os servidores estão pedindo a reposição salarial? Eles não estão pedindo aqui um aumento real, estão pedindo a reposição salarial, que é calculada pela inflação anual, e o poder público lá atrás, no governo Marchezan, e agora, no governo Melo, tem uma enorme dificuldade de valorizar o seu servidor. E, depois, vem ainda falar mal do servidor público que, por sua vez, sofreu uma perseguição de perda dos avanços com a reforma da previdência. De que forma o servidor vai estar motivado a perceber que a sua carreira está ameaçada, se ele não tem sequer a reposição salarial? Não é só o servidor que está indignado,

quem está indignado também é a população de Porto Alegre que já responde ao atual governo a dura realidade que passamos na nossa querida Porto Alegre: são postos de saúde com falta de servidores, são hospitais e HPS com falta de servidores, é a área da educação com falta de mais de 600 servidores. Na área da saúde, além de falta servidores, acabaram com o IMESF, demitiram 1,8 mil servidores. Demitiram e está em extinção a Carris, que também eram servidores e são servidores. Parece que este governo não quer fazer com que as coisas aconteçam, isto é, que aumente a oferta de serviço público para poder atender a demanda da cidade. Este governo não dialoga não só para os mais pobres, não dialoga com o servidor público e não consegue ver a realidade da cidade, está com os olhos vendados, como esteve com os olhos vendados o governo Marchezan. Não esqueçam que os senhores não estão sendo capazes de fazer essa leitura. E vejam que uma das causas é o resultado eleitoral. Portanto, vamos valorizar o servidor e atender a sua demanda, a sua necessidade; os salários foram achatados, inúmeros servidores se aposentaram e não ganharam a reposição salarial em todos esses anos. Portanto, é um apelo que a oposição faz, é um apelo que fazem os partidos que ora apresentaram esta emenda. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 024/22.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu venho falar aqui da experiência do mundo real – do mundo real! E quero pegar o mundo real de 2019 até agora. Em 2019, nós tivemos aí pandemia chegando no mundo. Pandemia que fez as pessoas se descobrirem. Pandemia na qual a entidades sindicais foram às negociações com o único intuito de preservar os postos de trabalho. E obtiveram êxito. Houve entidades que foram pioneiras aos decretos do governo federal, estadual e municipal, avançaram, garantindo os postos de trabalho. A luta salarial se dá na luta salarial; a luta salarial se dá na discussão com as bases. O nosso governo, agora, neste ano, deu – e foi dito pelo próprio líder da oposição aqui – a inflação integral. Repusemos a inflação integral, enquanto milhares e milhares de pagadores de impostos no Município de Porto Alegre não tiveram ainda a inflação integral, em função de terem a garantia dos seus empregos. Agora, querer reajuste em lei? Qual é o papel do sindicato, se ele pede reajuste em lei? Qual é o papel da entidade de convencimento dos seus pares? Qual é o papel da entidade de sentar e negociar com quem faz a parte patronal? Dar reajuste em lei é algo que não se prevê no movimento sindical, se prevê luta, se prevê geração de emprego e garantias de emprego, garantias de condições de trabalho. Nós encaminhamos pela rejeição dessa emenda destacada, a Emenda nº 01, e também pela rejeição da emenda subsequente, que é do mesmo teor, só muda o autor. Nós tivemos, no período de pandemia, volto a frisar aqui, milhões e milhões de trabalhadores preocupados em garantir o sustento da sua família; milhões e milhões de trabalhadores no Brasil inteiro preocupados em manter os seus postos de

trabalho, e esses trabalhadores seguem lutando para manter seus postos de trabalho, para que a economia volte nas suas engrenagens. E nós vimos aqui essas duas emendas e reafirmamos o encaminhamento do governo pela rejeição delas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 024/22.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde a todos e todas. Novamente estamos enfrentando um dos grandes debates do momento político, não só em Porto Alegre, mas no Brasil inteiro: a discussão do estado mínimo, do arrocho, do ajuste fiscal em cima dos trabalhadores, principalmente em cima dos servidores públicos, do serviço público enquanto uma mercadoria, a educação enquanto uma mercadoria, o transporte enquanto uma mercadoria, a assistência social enquanto uma mercadoria. E para se implementar esse projeto de Brasil retrógrado, atrasado, é necessário, sim, quebrar a coluna do movimento dos trabalhadores que é o funcionalismo público. É isso que está por trás de todos esses anos sem o reajuste salarial. A gente sabe que a nossa classe, como um todo, vem sofrendo os ônus da crise, a gente sabe que a inflação vem corroendo o custo de vida, a gente sabe da crise que as pessoas vêm vivendo no dia a dia. A gente sabe, a gente não pode balizar por baixo: não é porque a nossa classe, como um todo, vem sofrendo ajuste que por isso, então, a gente tem que penalizar aqueles que são os executores dos direitos. Quem está lá no dia a dia, o professor, o assistente social, o enfermeiro, o técnico, essas pessoas são aquelas que garantem minimamente uma dignidade, uma civilidade, aquilo que é direito das pessoas que pagam seus impostos, que trabalham, que sustentam este País, que carregam este País nas costas; atacar o funcionalismo público novamente, como vem sendo apresentado aqui pelo governo Melo, significa também um impacto no poder de compra da cidade de Porto Alegre. A segunda maior categoria de trabalhadores da nossa cidade são os servidores públicos federais, estaduais e municipais, ou seja, o arrocho em cima dessa classe, dessa categoria tem um impacto e um desdobramento cruel em toda nossa economia, que é basicamente de serviços, é basicamente de consumo, ou seja, tem consequência aquilo que a gente debate aqui, tem consequência o ataque ao funcionalismo no sentido da cidadania, no sentido de um futuro que precisa garantir o básico para as pessoas poderem se desenvolver, para as pessoas poderem competir, para as pessoas poderem empreender. É necessário, sim, um estado que funcione, é necessário, sim, num país atrasado, arcaico, colônia como o Brasil! Porto Alegre vem sentindo o arrocho, o impacto da crise de uma forma extremamente desleal, sempre foi uma capital da qualidade de vida e hoje a gente vê, infelizmente, novamente, o governo Melo atacando algo que para nós é fundamental, que garante vida, a garantia de direitos, a cidadania dentro dos nossos bairros, das nossas comunidades, do centro da cidade. É muito importante essa emenda para garantir a reposição aos servidores, é muito

importante, sim, a gente discutir isso não como uma questão orçamentária, se tem custo ou se não tem dinheiro em caixa no Município, mas se pensar o que se desdobra desse arrocho que vem sendo imposto para parte importante da nossa classe trabalhadora, para aquelas pessoas que garantem a manutenção de um estado, que garantem a manutenção da cidadania para as pessoas. É isso que está em jogo, é essa discussão que eu acho que os vereadores e as vereadoras têm que enfrentar nesta tribuna, senão sempre é uma questão matemática e econômica de “tem dinheiro” ou “não tem dinheiro”; é muito mais profundo o debate que vem sendo apresentado aqui, e é nesse sentido que a gente quer contribuir também. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 024/22.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha a discussão, em especial as servidoras e os servidores públicos da capital que se encontram aqui, as instituições, o Simpa, a Associação do DEMHAB, Astec, enfim, os servidores e servidoras são aqueles que carregam as políticas públicas nas costas e estão sem o devido reajuste desde 2017. Até quero lembrar: aquele prefeito que não quis cumprir a Lei Orgânica que prevê reajuste, que é a correção inflacionária; aquele prefeito Marchezan não foi para o segundo turno e, agora, não se elegeu deputado federal, porque não cumpre a lei, não valoriza servidor público, servidora! Tem que valorizar quem trabalha! Eu acho bonito que todo mundo que se acidentou, por acaso, quer ser bem atendido no Sistema Único de Saúde, no HPS, mas lá estão mulheres e homens de carne e osso, técnicos de enfermagem, médicos, enfermeiros e outros profissionais que estão há mais de cinco anos sofrendo sem o reajuste salarial. E, agora, eles não querem prever na lei que se pague o que se deve a quem labuta, quem trabalha. E o que é mais irônico e injusto: a Mesa Diretora, no início deste ano, decidiu dar 15% para os vereadores, mas não fez um gesto para lutar por melhor reajuste para os servidores da capital. Aí muito colega vai lá no posto de saúde, na escola questionar o serviço público. Vai lá, quer mais saúde, quer mais assistência; têm os que aparecem na SMOV, pedir patrolinha para passar na rua, para melhorar, para tirar os buracos. Mas quem passa patola é o servidor público! Sem eles não tem operação, sem técnicos, sem engenheiros, sem operários. O DMAE, eu vi nas redes sociais de muito vereador, tira foto e bota: “Essa operação do DMAE fui eu que fiz”! Não foi! Não foi o senhor e nem a senhora. Foi o trabalhador do DMAE, e esse está lá sem reajuste há cinco anos. Então esta emenda é para valorizar quem trabalha, quem bota a mão na enxada, quem bota a mão na pá e vai lá cavar o buraco, é para valorizar quem corre atrás do caminhão do lixo, é para valorizar quem está no posto de saúde vacinando, garantindo, por exemplo, a vacinação da poliomielite agora, que está até em baixa a vacinação, porque o prefeito não incentiva. Não incentiva as vacinas como deveria incentivar. Servidores e servidoras públicos, eles fizeram concurso, tem que ser valorizados, não pode um

prefeito atrás do outro desmontar a carreira, destruir direitos. Vai entregar o que de volta? O servidor público não tem fundo de garantia. Vocês que estão aqui sabem disso. Servidor público não recebe FGTS. Quando se aposenta, sai com uma mão na frente e outra atrás; é só o salário. Aí vocês não querem recompor o poder de compra, e as pessoas estão se endividando, entrando cada vez mais em empréstimo para sobreviver, para pagar aluguel, para poder manter um padrão de compra para os seus filhos. Pensem, vereadoras e vereadores, nos seus filhos quando forem votar nesta emenda que prevê dignidade, ela não prevê aumento real, prefeito Melo, não é aumento real, é reposição inflacionária, é o que o senhor deve aos servidores. O senhor que adora tirar uma foto. Eu vi, esses dias, o Melo tirou uma foto com uma máquina de cortar grama. Aí, eu fui olhar nas redes dele, era só a foto, porque ele não sai por aí a cortar grama, quem sai é o servidor público, e esse ele não quer pagar o que deve nos salários deles. É bonito o mundo do Instagram, do Facebook, mas eu quero ver aqui a vida real, o senhor honrar com o seu compromisso quando disse que não ia ser um Marchezan. O senhor faça diferente do que fez nos últimos dois anos, porque, senão, vai cada vez mais de mal a pior o seu governo. Pague o que deve à categoria dos servidores públicos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Claudio Janta, a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Laura Sito está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADORA LAURA SITO (PT):** Boa tarde, colegas vereadoras, colegas vereadores; primeiro, queria aqui frisar, para a situação, o quanto eu acho nocivo que nós não consigamos estabelecer um diálogo, uma discussão sobre o conjunto de emendas aqui apresentadas. Eu acho que a interdição do debate recua algo em que nós tínhamos avançados no último período nesta Casa, que era conseguir ter um mínimo de trânsito sobre temas que eram importantes para Porto Alegre. Faço esse registro aqui, porque nós temos mais de 40 emendas a serem debatidas, e é muito ruim que a premissa da liderança do governo já seja dizer que não haverá discussão sobre nenhuma emenda de fato. Então, de fato, para quem nos acompanha em casa, para quem acompanha nossas discussões, é importante que saiba que está tendo uma interdição do debate aqui nesta Casa.

Segundo, sobre a emenda em debate, é uma emenda muito importante; ela tange sobre a questão das progressões dos servidores públicos municipais. Eu sou uma servidora de carreira do Município de Porto Alegre, para mim é muito nítido o quanto que não entregar as progressões aos servidores está conectado a uma ideia de descontinuidade da qualificação do serviço público das carreiras do nosso Município. As progressões, elas incentivam os servidores, elas incentivam que as pessoas queiram ingressar na carreira pública, garantem uma maior qualidade do serviço público,

garantem uma qualificação daqueles e daquelas que estão aí, no dia a dia, entregando os serviços a toda a sociedade. Portanto, querer economizar, querer fazer caixa com o direito dos servidores é um equívoco profundo, e é por isso que nós somos favoráveis a essa emenda, que é uma emenda popular apresentada pelo Sindicato dos Municípios e por várias associações de servidores. O sindicato está aqui acompanhando a nossa discussão. É um equívoco que nós venhamos, governo após governo, tendo o encolhimento de direitos que foram conquistados pelos servidores públicos em debates travados nesta Casa Legislativa, e que o Poder Executivo hoje não seja capaz de garantir aquilo que é de direito dos servidores. A perspectiva de destruição do serviço público é uma perspectiva extremamente nociva aos direitos, na verdade, da sociedade, que acaba não conseguindo ter serviços de qualidade, que acaba não conseguindo ter a excelência daquilo que lhe é entregue. Eu entrei no Município de Porto Alegre em 2019, eu fiz o concurso em 2016, fui nomeada na Prefeitura em 2019. Eu tenho 30 anos de idade e vejo muitas pessoas da minha geração não vendo o serviço público como uma perspectiva hoje de poderem querer fazer concurso, quererem entrar, porque não veem uma perspectiva de conseguir ter um plano de carreira, uma perspectiva de organização da vida econômica a partir da entrada no serviço público. E me parece que isso é uma estratégia daqueles e daquelas que, na verdade, querem esfacelar o serviço público. Portanto, essa emenda popular dos municípios em relação à garantia das progressões é, na verdade, uma emenda que tange a dignidade daqueles e daquelas que entregam a vida para servir a nossa cidade de Porto Alegre, os nossos porto-alegrenses. A qualificação do serviço público é uma bandeira importante para a bancada do Partido dos Trabalhadores. Por isso, encaminhamos o nosso voto favorável à emenda popular. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 024/22.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Boa tarde, senhoras e senhores, público que nos acompanha nas galerias e pela TVCâmara; um agradecimento rápido aos meus colegas de bancada – nosso líder, Ver. Pedro Ruas; Ver.<sup>a</sup> Karen Santos, Ver. Matheus Gomes –, eu agradeço a oportunidade de me manifestar neste momento, porque a Emenda nº 02 prevê, dentro da peça orçamentária para o ano que vem, a valorização dos servidores públicos. Eu sou professor do Município de Porto Alegre, com muito orgulho, mas percebo que a nossa profissão, entre tantas outras, não está atraindo jovens para cursos de licenciatura e pedagogia. Uma reportagem do dia 29 de setembro, semana passada, da Folha de São Paulo, Ver. Enio Kaufmann que me escuta com bastante atenção, disse que a previsão é que nós tenhamos um déficit de professores de 235 mil profissionais até 2040. Quem está procurando os cursos, que em maioria cresceram bastante na modalidade EAD, são professores que já são formados, e a média etária é de 50 anos, pessoas que buscam uma segunda licenciatura, buscam

qualificação, um pouco mais de capacitação, mas já estão em sala de aula. A juventude não quer mais ser professor, não quer mais ser professora, essa evasão é em conta da desvalorização da nossa categoria, e os professores públicos do Município de Porto Alegre já foram referência nacional. A nossa rede era um modelo a ser seguido por todo o Brasil, mas pouco a pouco, ano após ano vem sendo sucateada. O nosso plano de carreira, que era muito bom, foi despedaçado por esta Casa Legislativa, pela votação que aconteceu aqui, e, infelizmente, eu ocupei esta tribuna tentando valorizar, manter os avanços, mas perdemos. Esse tipo de proposta, de dificultar cada vez mais a prestação do serviço público para a população, abre as portas para os processos de terceirização, e aí a maravilha da terceirização, como pregam alguns, como os colegas do partido NOVO, o estado mínimo, deixa a população muito mais tempo sem a religação de luz. Não se importam com oferecimento de serviços públicos para aqueles que mais precisam e não têm, como o esgoto, a água tratada em baixo preço. A Europa, atualmente, está reestatizando os serviços públicos, porque na década de 1990 começou a loucura privatista, privatizaram tudo, o que puderam, e agora viram que o serviço não melhorou, o serviço encareceu e a população foi penalizada. Essa é a pura realidade. E como fazer isso? O caminho é não valorizando os servidores, atacando as instituições, as secretarias, as autarquias, quanto mais difícil a prestação do seu trabalho, do seu serviço mais o povo fica indignado e com razão. Mas sem investimento não há prestação de serviço público de qualidade, não há, e precisamos, antes de mais nada, valorizar os profissionais que ficaram seis anos sem reajuste, sem reposição inflacionária sequer. Portanto, é, sim, nossa obrigação abirmos, dentro da lei do orçamento do ano que vem, a possibilidade de dar aos servidores e às servidoras desta cidade os seus direitos, é direito, mas se não estiver no orçamento não vai poder ser pago. Não há direito adquirido se não houver a garantia dentro da lei do orçamento do ano que vem para fazer os pagamentos. Portanto, peço aos nobres pares, vereadores e vereadoras, que possamos incluir na lei do orçamento a possibilidade de pagamento, a possibilidade, porque isso não obriga e nem garante que o prefeito vai fazê-lo. Estando na peça orçamentária, ele poderá, se tiver consciência e um coração aberto, atender as reivindicações dos municipais desta cidade. Muito obrigado e agradeço, mais uma vez, a minha bancada pela possibilidade de usar a tribuna. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 024/22, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Ilustre Ver. Giovane Byl, na presidência dos trabalhos; vereadoras e vereadores; em primeiro lugar, quero registrar que o Ver. Prof. Alex Fraga está afiado, está muito bem, vai ocupar a vaga do Ver. Matheus Gomes, eleito deputado estadual. Está muito bem, Ver. Alex, bem-vindo, definitivo. Mas o que o Ver. Prof. Alex Fraga colocou é exatamente o que nós

pensamos, e eu vou um pouco além, vereador, assinando embaixo de tudo o que V. Exa. falou, tudo, muito bem falado, muito bem posto, muito bem colocado.

Eu quero salientar, eu falava antes com a Cindi e com o João Ezequiel, o que argumentou – Ver. Aldacir Oliboni, veja só V. Exa. – o ilustre colega Ver. Moisés Barbosa, relator geral neste projeto, em relação à Emenda nº 02: “A reposição inflacionária já é autorizada de forma ampla no § 1º, no art. 50 e no inciso IX do art.51 da LDO 2023”. Eu tinha dúvidas se estava tão claro assim, mas, com essa posição do relator, temos o direito, na minha opinião, a obrigação de argumentarmos, se não houver aprovação da emenda, que já está prevista a reposição dos índices inflacionários dos períodos ali indicados, pois é isso que diz o relator, que está previsto ali. Bem, se está previsto ali é porque é a posição do governo, é a posição orçamentária, é a posição que pode ser exigida pelo Simpa. Portanto, vereadoras e vereadores, esse argumento da relatoria precisa ficar bem marcado, argumento pela rejeição da Emenda nº 02, mas que diz – isso é que é importante – que já está previsto, ou seja, João Ezequiel, já está aqui. O relator diz que já está no projeto. Nós especificamos mais, mas isso nós vamos cobrar adequadamente; já está previsto, o relator disse. E aqui é a posição do governo – já está previsto, ou seja, se já está previsto, o governo não concederá se não quiser; a previsão existe. Eu queria salientar apenas isso, porque esse aspecto é da maior relevância. Nós queríamos que constasse através de Emenda nº 02. O relator argumenta com seus motivos, os quais eu acredito, que é desnecessário por já estar previsto. Bem, se já está aqui, já está! Igual votaremos, por óbvio, evidentemente, pela aprovação da Emenda, mas, na eventualidade de ser aprovada, lembrem que já está aqui, já está previsto. Muito obrigado!

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.)

(A Ver. Mari Pimentel assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MARI PIMENTEL (NOVO):** (Após a apuração nominal.)  
**REJEITADA** por 14 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde, novamente, subo à tribuna, a gente vem apresentando esta discussão. Independentemente dos resultados, dos argumentos, dos debates que a gente traga aqui para esta tribuna, a gente já sabe o que vai ser aprovado e aquilo que vai ser rejeitado. Infelizmente, funcionam assim a Câmara de Vereadores, a Assembleia, o Congresso, e as demandas populares, as demandas dos trabalhadores, muitas vezes, ficam aquém deste espaço aqui. Mas é importante vir aqui para denunciar, denunciar o desmonte do Estado, denunciar algo

que o Ver. Prof. Alex colocou anteriormente à nossa fala: o que significa terceirização do serviço público? Porque é isto: o Estado não deixa de existir, o servidor público não deixa de existir, o que acaba sendo substituído por empregos precários, por contratos precários, por negociatas, e quem está lá na ponta, no dia a dia, da empresa Multiclean, que quebrou e impactou o erário público; da Lazari, em Canoas, empresa terceirizada também da saúde que quebrou e deixou diversas enfermeiras lactantes sem os seus direitos trabalhista. O que significa a empresa Cootravipa, que é uma empresa de fachada, uma cooperativa de fachada, que não paga os direitos trabalhistas, décimo terceiro, férias, licença saúde, mal e mal paga as passagens, ou seja, o desmonte do Estado abre brecha para uma precarização do trabalho ainda maior. E aí o professor, o pedagogo, o assistente social que está se formando e busca ter uma carreira, e a população que necessita desses profissionais com vínculos em relação aos territórios, com a comunidade, que conheçam o seu local de trabalho, que conheçam as vidas que intervêm, quem perde com tudo isso é a população; quem perde com tudo isso são as pessoas hoje que estão se graduando e não vão ter uma carreira, não vão ter uma estabilidade, não vão ter um vínculo, não vão ter uma permanência dentro dos territórios. Porque a terceirização é isto: hoje existe uma empresa prestando um serviço precário, caro para o Estado, muitas vezes, mais caro do que contratar diretamente ou abrir um concurso público, prestando um serviço ruim, e em qualquer momento pode vir a declarar falência, dar um prejuízo enorme para o Estado e essa é história da terceirização na cidade de Porto Alegre, em diversos municípios do Rio Grande do Sul. É isso que nós estamos querendo combater. Quando a gente coloca da valorização do serviço público, da importância da reposição da data base, da importância da reposição da inflação, das progressões, nós estamos falando de direitos, e isso, no futuro, vai ser algo muito raro, se depender dos políticos que estão aqui hoje nesta Câmara, porque eles não se preocupam que a população tenha direitos, direitos garantidos, dignidade, salário em dia, passagem para poder ir trabalhar, condições de consumir na cidade, condições de acessar os espaços da cidade. É a lógica do lucro, é a lógica da empresa que ganhar o contrato vai poder explorar aquele serviço a seu bel-prazer. Isso é o futuro do Brasil; isso, infelizmente, é o futuro da nossa cidade. E a gente está querendo debater aqui, que é para além do plano de carreira dos servidores públicos, é para além de uma questão formal e corporativa, “o nosso primeiro”, a gente entende a importância do Estado para a manutenção da civilidade na cidade de Porto Alegre, que já foi uma das capitais com melhores condições de vida neste brasilzão. Então, é disso que nós estamos falando. E tem consequência, tem responsabilidade o que os vereadores votam aqui, e infelizmente as proposições que vêm são para aprofundar ainda mais a crise do trabalhador, para passar pano para grandes empresas, para o capital financeiro, para a especulação imobiliária, para o setor de lojistas, para essa pequena burguesia local que não tem compromisso com o desenvolvimento equitativo da nossa cidade.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 024/22, como autor.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Nobre Presidente dos trabalhos, Ver. Giovane Byl; colegas vereadores e vereadoras; público que acompanha a nossa sessão, de modo especial os servidores municipais; a Emenda nº 03 é semelhante à Emenda nº 01. A Emenda nº 01, uma emenda popular de autoria do Simpa, falava sobre reposição salarial dos anos 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, e o próximo ano, 2023. A emenda que nós estamos apresentando agora tem uma diferença, Ver.<sup>a</sup> Mônica. Olha só, o governo está dizendo que nós estamos condicionando que ele tem que pagar a reposição, isto é, as perdas salariais. Nós estamos afirmando que é uma *fake* o que o governo está dizendo. Nós estamos dizendo o seguinte: Emenda nº 03: fica autorizada a reposição dos índices inflacionários devidos nas datas-bases dos exercícios 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, de forma integral ou parcelada. Quando nós falamos “estamos autorizando”, nós não estamos dizendo que o governo tem que pagar; o governo tem que sentar e fazer uma negociação, como fez agora, no ano passado, embora não dadas as perdas salariais dos anos anteriores, deu dez pontos alguma coisa para os servidores, parceladamente. Portanto, vamos falar a verdade: nós estamos cheios de *fake news* por aí, mentiras para poder confundir a opinião pública, confundir os colegas vereadores e vereadoras, para levar em forma de roldão isso. Parece que o servidor público é que tem que pagar tudo! Os senhores sabem quanto os servidores perderam nos últimos anos? Vou citar aqui algumas coisas: os servidores perderam 15% para quem completava quinze anos de serviço; os servidores perderam mais 10% quando completavam 25 anos de serviço; e tiraram mais 5% daquela questão da mudança de anuênio, triênio, quinquênio, e assim por diante. Além disso, o governo já mandou para a Casa a questão da licença-prêmio. O que esses governos neoliberais capitalistas querem? Querem tirar tudo o que esses servidores conquistaram ao longo da sua história, da sua vida. É lamentável! É por isso que esses governos não querem manter as empresas públicas, querem terceirizar, privatizar, entregar tudo o que foi construído ao longo de uma década, e os servidores, ao se aposentarem, com a reforma da previdência, vão ganhar muito pouco, por isso não se motivam a continuar no serviço público. É tudo que a direita quer, é tudo que o capital quer, quanto pior a empresa pública, melhor para eles dizerem que não funciona, para poderem vender. E quem da iniciativa privada compra uma empresa pública sem ganhar *money*, sem ganhar recurso, sem ganhar muito dinheiro? Olhem o que aconteceu com a CEEE, olhem o que está acontecendo com a Corsan, querem agora, como aconteceu em Porto Alegre, liquidar a Carris. Os senhores acham que esse povo da iniciativa privada vai entrar no negócio para perder dinheiro? Não! É para ganhar muito recurso, é por isso que nós queremos fortalecer o serviço público, valorizar o servidor público e dar o mínimo do que estão pedindo, que é a reposição salarial. Não é justo que o governo faça isso, não é justo; não é justo, Presidente! Nós, aqui da Câmara, recebemos reajuste – o Ver. Janta disse que ninguém recebeu –, o nosso servidor da Casa recebeu, nobre líder do PT, Ver. Leonel Radde, o

nosso servidor recebeu; por que essa discrepância? É lamentável! Eu acho importante o governo Melo voltar para Porto Alegre, governar Porto Alegre, porque as eleições já foram um bom recado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Giovane Byl reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda n° 03, destacada, ao PLE n° 024/22, pela oposição.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre, em especial servidoras e servidores públicos da nossa cidade, sinceramente, nós estamos aqui, no segundo ano desta legislatura, e de novo a gente tem que pedir para aprovar emenda para uma coisa que está na Lei Orgânica, que é o reajuste salarial, uma coisa que tem que ser automática. Aumento salarial é outra questão, aumentar a massa salarial, aumentar, ampliar, sair de um número e ir para outro; mas nós estamos falando de reposição, as pessoas estão perdendo o poder de compra, o servidor da capital tem menos 30% do que ganhava cinco anos atrás, gente! Pensem em qualquer um de vocês aqui recebendo 30% menos do que recebiam, já muda o tipo de rancho que tu fazes, mudam os lugares que tu frequentas, mudam as coisas que tu compras, que tu deixas de comprar! E o pior ainda, os aposentados e aposentadas que gastam a maioria do dinheiro com saúde e alimentação, e aí vão deixar de comprar um remédio? Vão buscar um remédio mais barato. “Peraí que agora eu vou deixar a minha diabetes, a minha hipertensão, a minha coluna de lado porque o prefeito não repõe o meu salário”. E os vereadores não são sensíveis. “Agora a minha saúde vou botar na geladeira!” Enquanto o Melo está aí de prefeito, durante quatro anos, vejam que brilhante, ninguém vai ter problema de saúde, segundo o conceito do prefeito, que não tem que ter reajuste salarial. As pessoas se curam, existe a autocura para as pessoas que têm algumas enfermidades. O prefeito Marchezan e o Melo criaram isso aqui, porque eles estão diminuindo a massa salarial, estão levando os servidores públicos para a miserabilidade. Eu estou falando, gente, de pessoas que se dedicaram sobremaneira para erguer essa cidade! Eu estou falando de idosas e idosos que não conseguem, às vezes, nem vir aqui, porque já estão com dificuldade de locomoção, estão em casa. Professoras, técnicos de enfermagem que trabalharam mais de 30 anos em hospitais da capital, dando banho em doente, fazendo curativo, ajudando em operações e cirurgias de alto risco no HPS, ajudando nos partos do HPV; tanta criança nasceu pela mão dos servidores e servidoras do HPV Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas, e a gente não vai valorizar essas pessoas, prevendo um reajuste? Não é aumento, colegas vereadoras e vereadores! Não é aumento salarial! Não é o que é esta Casa, por vezes, já fez em outros momentos: deu aumento salarial para os vereadores, não deu só a inflação. É errado, é errado ter que discutir isso todo ano! Discutir todo ano o que é básico! Deveria ser automático: o

prefeito chegou em primeiro de janeiro, ele tem a previsão orçamentária, ele já diz: “Gente, neste ano dá a inflação e mais um pouquinho”, “Neste ano nós vamos botar as progressões em dia.”, “Neste ano nós vamos voltar a ter triênio”. Não. O prefeito só fala: “Dinheiro para as empresas de ônibus! Eles estão quebrados, os coitados! Vamos mandar R\$ 100 milhões para eles!”, “Dinheiro para ajeitar o asfalto da rua tal!”, daí tu vais lá olhar o asfalto, a rua já tem asfalto. Não é asfalto novo no Extremo-Sul, na Lomba do Pinheiro; é asfalto na zona nobre da capital, onde já tem. É o dinheiro do orçamento na LDO indo para quem já tem estrutura da Prefeitura, enquanto 40% da população vive com esgoto a céu aberto, e aí as pessoas que trabalham para garantir o serviço público não têm o mínimo, sem contar que não tem mais concurso. Então, assim, quero dizer aos servidores e às servidoras que contem incondicionalmente com os nossos votos da oposição ao Melo, porque quem não está querendo pagar o que deve aos servidores tem nome e sobrenome: é Sebastião Melo e seus aliados. Vai sair ali o nome daqueles, servidoras e servidores, sindicatos e associações, que votarem contra esta emenda, são esses os nomes que vocês têm que espalhar por aí, esses nomes vocês têm que guardar na mente, assim como vocês guardaram o nome do Marchezan e, nesta eleição, disseram “não” para ele, que não se elegeu deputado federal, depois de ter sido prefeito.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 024/22.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Boa tarde, Presidente, boa tarde colegas vereadores e vereadoras, boa tarde população que nos assiste pela TVCâmara. Estamos aqui defendendo a emenda para reposição inflacionária aos servidores públicos do Município de Porto Alegre, a reposição inflacionária de 2017, 18, 19, 20 e 2021. Todos os trabalhadores do nosso País que ficaram sem qualquer tipo de reposição inflacionária, de 2018 até o presente ano, tiveram mais de 40% de perda real do seu salário, isso porque a inflação desse período extrapolou os 40%, culpa do nosso Presidente/candidato, nosso não, de alguns, o Bolsonaro, que fez com que a inflação explodisse. Lembro-me muito bem que, durante a pandemia, o Paulo Guedes, na famosa reunião com o discurso de passar a boiada enquanto as pessoas morriam por causa da Covid-19 e da falta de ação do governo federal, que disse que era o momento de colocar uma granada no bolso dos servidores públicos. Parece-me que esse comando foi plenamente aceito pelo prefeito Sebastião Melo, afinal de contas, estamos aqui propondo uma emenda de reposição inflacionária para os servidores públicos e, nitidamente, a base governista está votando contra, não quer qualquer tipo de reposição da inflação e se utiliza do velho discurso da falta de recursos, mas nós sabemos que isso não é verdade. Não é verdade na medida em que a própria Câmara Municipal de Porto Alegre conseguiu a aprovação da reposição inflacionária do período, e nenhuma crítica aqui aos servidores da Casa, aos vereadores e vereadoras, a todos aqueles envolvidos no

dia a dia dos mandatos. Se há dinheiro para a Câmara Municipal de Porto Alegre, que, inclusive, devolve recursos para a Prefeitura, então, tem que haver também recursos para os municípios.

Essa onda antisservidor público, que é verdade, ela atinge o serviço público, a onda contra o serviço público que privatizou mais de 96% dos nossos postos de saúde, essa onda que vem esmagando os servidores do Município e que, simplesmente, faz com que a população de Porto Alegre não consiga acessar aquilo que há de mais básico. Vamos lembrar que, há poucos meses, tivemos uma morte dentro do postão da Bom Jesus. Por quê? Por causa da terceirização irrestrita, por causa do desrespeito ao bem público praticado pelo prefeito Sebastião Melo. Uma pessoa morreu porque simplesmente retiraram os servidores públicos, colocaram terceirizadas, essas com trabalhadoras e trabalhadores dedicados, mas sem conhecimento da rotina, mal remunerados, com muita rotatividade. Esse é o resultado do desmantelamento do serviço público da nossa capital, por isso, é tão relevante que tenhamos um respeito aos salários desses trabalhadores e trabalhadoras, tenhamos, no mínimo, a reposição inflacionária desse período. Não é aumento salarial! É reposição inflacionária! Caso contrário, mais quatro anos desse tipo de política e teremos uma desvalorização de quase cem por cento do salário e depois temos toda essa onda inflacionária que vai fazer com que, cada vez mais, os servidores do nosso Município penem para conseguir chegar ao seu trabalho, tamanha a penúria colocada em prática pela Prefeitura do prefeito Sebastião Melo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo o nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras; a Emenda nº 06 trata da Atenção Básica em Porto Alegre, isto é, o atendimento médico. Nós temos, em Porto Alegre, em torno de 400 e poucas unidades de saúde somando todas. Na grande maioria, apesar de serem terceirizadas, apesar de o governo Marchezan, de o governo Melo terem liquidado com o IMESF, terceirizado os serviços, fazendo contratualizações com outras entidades, é Atenção Básica, e ela tem o percentual de cobertura na cidade de 70,5%. É uma das metas aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano passado, para chegar, neste ano, a 75% de cobertura. O governo não chegou, o governo não está nem em 70, a previsão do governo é chegar a 70%. Todo ano, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, vem a diretriz de quanto o governo pretende aumentar para o ano subsequente. Nessa peça orçamentária, a Lei de Diretrizes Orçamentária, Ver.<sup>a</sup> Karen, o governo não colocou, isso significa que o governo não vai abrir mais nenhum posto de saúde; que o

governo não vai chamar mais nenhum servidor – essa que é a verdade; que o governo vai deixar de receber recursos de fundo a fundo, porque ele tem que apresentar para o governo federal a meta que ele pretende atingir, e atingindo tal meta já estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ele vai receber o recurso de fundo a fundo, porque a Atenção Básica tem cobertura de 95% dos recursos do governo federal. O governo, pela sua incompetência de gestão, está dizendo já para nós, não vai aumentar a cobertura da Atenção Básica no Município de Porto Alegre. Essa que é a verdade, porque a intenção dele é terceirizar. Mas assim mesmo, terceirizando, também não vai receber, porque não estava previsto. Os senhores me desculpem, mas a assessoria do prefeito para as diretrizes orçamentárias, meu Deus do céu, fica muito distante da necessidade. O governo tem que repensar o seu governo. O governo tem que repensar na área da saúde e, principalmente, aqui, na área do trato com o servidor, na área de educação também. Nós estamos tentando ajudar. O prefeito vem aqui, diz que é para tratar bem a oposição, e, vejam os senhores, como tratam a oposição, Ver.<sup>a</sup> Karen. É um absurdo! Nós o estamos alertando para que, através dos recursos destinados, ou até das emendas, ele possa fazer um bom governo, ao menos na questão do braço do serviço público, ampliando ofertas de serviços para a população que mais precisa. Mas, olha, é claro e preciso, todo mundo já vê e constata que esse governo não é para os pobres, esse governo é capitalista e governa só para os ricos, porque nós, que circulamos na cidade, não conseguimos visualizar aqui interesse do poder público em ampliar o serviço do poder público para a comunidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 024/22, pela oposição.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha este debate, eu queria pedir a sensibilidade dos colegas vereadoras e vereadores; Estratégia Saúde da Família, Oliboni, parabéns pela proposição, foi uma política pública que deu certo. Por quê? Porque a saúde chega na porta da casa da população e saúde é um direito humano básico, direito social constitucional que até hoje não foi universalizado, até hoje tem algumas pessoas que acham que não é todo mundo que tem que ter acesso à saúde. A Estratégia de Saúde da Família prevê uma equipe de profissionais qualificados que vão ajudar todos e quaisquer cidadãos a acessar uma condição de vida melhor, por quê? Porque aquele sujeito que tem acesso à informação, acesso à cultura, é claro que ele vai ter mais facilidade de construir uma vida mais saudável; mas muitos não têm acesso, zonas extremamente pauperizadas e é ali que a gente tem que ter a ampliação das equipes da Saúde da Família. Eu quero trazer aqui um dado: o antigo prefeito Nelson Marchezan Júnior fechou a Unidade de Saúde Orfanotrófio, no alto do morro, ele fechou, extinguiu a Unidade, não tem mais Estratégia de Saúde da Família lá. Se a gente for olhar os índios daquela comunidade,

mais pessoas estão tendo mais problemas de saúde, tem menos prevenção do diabetes, menos prevenção à hipertensão, menos prevenção à obesidade, não tem acompanhamento pré-natal, as pessoas não fazem exames de rotina, portanto, desenvolvem enfermidades sem saber. Por isso, vereadoras e vereadores, eu queria pedir a sensibilidade de vocês, isso que deu errado, extinguir postos de saúde, reduzir equipes, a gente precisa transformar porque não é só de médico que é feita a saúde. O secretário Sparta é médico, mas eu queria sensibilizar ele: secretário, tem que ter equipes nas unidades de saúde do tamanho da cidade de Porto Alegre. Hoje a gente tem menos agentes de saúde do que deveria ter, a gente tem menos técnicos do que deveria ter, menos enfermeiros, isso está errado e nós precisamos mudar isso. É por isso que eu queria pedir, não é uma emenda que amarra, é uma emenda que propõe, a Secretaria de Saúde que vai implementar e desmembrar e desenvolveu a política. Nós estamos prevendo aqui que tem que ter mais equipes, quais zonas? Em zonas pauperizadas. Por quê? Porque todo o cidadão de Porto Alegre que mora neste Município tem que ter o básico, que é saúde, é educação, é saneamento; inclusive saneamento é saúde; muitas pessoas não sabem, mas é uma questão importante a ser lembrada. Eu queria simplesmente deixar esse destaque aqui: quem votar a favor desta emenda, gente, está votando a favor da prevenção em saúde, está votando para economizar dinheiro, porque uma pessoa internada com câncer custa muito mais caro para o sistema do que fazer o diagnóstico de uma pessoa que está recém começando a desenvolver, vai fazer uma operação, vai fazer o tratamento quimioterápico ou radioterápico, vai se curar e não vai ficar em leito de hospital; leito de hospital custa caríssimo, tem tratamentos que começam com R\$ 50 mil, a depender do câncer. E para ter uma equipe de Estratégia Saúde da Família não preciso despender tanto dinheiro. Então, vamos trabalhar, gente, pela prevenção, por mais saúde para a população. Votem favoravelmente à esta emenda. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 024/22.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Boa tarde, colegas vereadores, público que nos acompanha aqui na TVCâmara, debate importante hoje da LDO, a gente começa a discutir as diretrizes do orçamento para 2023. E um debate importante, sim, do nosso sistema de saúde; sistema saúde hoje em que as UTIs se encontram com 120% de lotação. E quem está ocupando, quem está indo para a UTI, quem está indo para os nossos hospitais? São as pessoas, são pacientes que não estão tendo o devido acesso à saúde lá nos seus postos saúde, que não estão tendo essas doenças crônicas sendo tratadas com a devida atenção pelos agentes de família. E, sim, isso é uma pauta importantíssimas para o Município de Porto Alegre, porque um paciente no hospital custa muito mais caro que um paciente tratado anteriormente, de maneira preventiva, na sua residência, no seu local de moradia. E nós sabemos que essa

é uma política importantíssima, nós sabemos que os hospitais não têm é onde atender mais pessoas, nós sabemos que não temos mais dinheiro para as UTIs. E a gente precisa começar a trabalhar com prevenção no Município. Então encaminho voto favorável do Partido Novo à Emenda nº 06, sendo que a política de saúde família deve ser ampliada no Município de Porto Alegre – e ganha todo mundo. A gente economiza para os cofres públicos, e ganha a saúde da nossa população. Parabéns pela emenda. Encaminhamos pelo voto “sim”.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 024/22, pelo governo.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, membros desta Casa, a emenda que propõe a ampliação do Programa de Saúde da Família dificulta outras questões em que o governo tem ajudado a população de Porto Alegre. Uma delas é o número de unidades básicas de saúde que estão abrindo até as 22h. É um limite imposto, quando tu trancas essa política que vem ajudando as pessoas, porque até quatro anos atrás as nossas unidades básicas de saúde fechavam às 17h, quando a população sai do trabalho e procura, e antes estavam fechadas. O Programa de Saúde da Família existe em Porto Alegre, e, apesar das suas dificuldades, está indo bem, mas a área da Saúde teve outros avanços, como as farmácias que hoje as distritais abrem até as 23h, por um projeto de lei aprovado nesta Casa e além do que está fazendo a Secretaria da Saúde, buscando convênio com a rede privada para entregar os remédios para a população. O mesmo governo que, quando a oposição diz aqui que a Saúde é uma terra arrasada, o mesmo governo está abrindo, na Av. Bento Gonçalves, este mês, o Centro de Diagnóstico e Referência do Autismo, de zero a 12 anos. E vem ampliando as aberturas das unidades básicas de saúde até as 22h em Porto Alegre, além, como já falei aqui, das farmácias que têm sido ampliadas no seu horário de atendimento para a necessidade da população. O cobertor é curto. Para a senhora e o senhor que estão nos ouvindo em casa entenderem, a cada R\$ 100,00 hoje arrecadados em Porto Alegre, de impostos, somente R\$ 14,00 ficam em Porto Alegre, e o governo é responsável por políticas públicas na área da saúde, educação, segurança, infraestrutura. Porque quando vem o recurso lá de Brasília para fazer uma obra, o governo tem que dar a sua contrapartida. Quando vem o recurso lá de Brasília para políticas nacionais da área da saúde, o governo municipal tem que dar a sua contrapartida. E essa política - de abrir os postos de saúde até as 22h – nascida e criada no Município de Porto Alegre que hoje a União estendeu para mais dois mil postos de saúde abertos no Brasil, só abriram, não aumentaram os recursos. Os recursos continuam vindo dos cofres municipais, então, nós encaminhamos aqui, em nome do governo, para que a emenda seja rejeitada em função das várias políticas públicas que o governo vem apresentando na área da saúde, como a abertura das unidades básicas até

as 22h, as farmácias abertas até as 23h, e os convênios vão abrir nos finais de semana, assim como o Centro de Referência em Diagnóstico do Autista, e várias outras políticas que o governo vem implementando na saúde básica do Município de Porto Alegre, que não se constituem só no programa de saúde da família, mas também no programa de saúde mental e nessas políticas públicas de entregar à população de Porto Alegre o acesso à saúde fora do horário específico de até às 17h. Muito obrigado, senhor Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA**, por 15 votos **SIM** e 18 **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo o Presidente dos trabalhos, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão. Os senhores e senhoras que estão acompanhando estão percebendo que só fala a oposição, não é? O governo não se pronuncia. Quando muito, se pronuncia através do líder do governo dizendo “não”, dizendo “não”, dizendo “não”. Esse “não” não é só para nós; esse “não” é para a população que está sendo atingida, é para o servidor público, é para a saúde, para a educação, para a segurança, para a assistência, é para a cidade de Porto Alegre que está sendo dito um “não”. Esta Emenda nº 07 diz o seguinte: “Fica autorizada a integralização do piso nacional dos agentes comunitários de saúde e agentes de endemias, bem como de eventuais valores devidos a contar de maio de 2022, nos termos da Emenda Constitucional nº 120/22, da portaria do Ministério da Saúde nº 2.109, de 30 de junho de 2022”. Os senhores sabem do que estamos falando? De algo muito sério, e se os senhores não aprovarem esta emenda, o próprio prefeito pode incorrer numa improbidade administrativa, Ver.<sup>a</sup> Karen, porque o governo está retendo ilegalmente um recurso que está vindo do governo federal. O governo disse para nós aqui, numa vinda à Câmara, que ele não ia poder repassar esse recurso porque o recurso não era integral ao Piso Nacional de Salário, conforme a Emenda Constitucional aprovada pelo Congresso Nacional. O governo está recebendo esse recurso, e se o governo municipal não repassar, não precisa dizer o que pode acontecer. O governo esteve aqui, através do prefeito, dizendo: “Eu preciso que a Câmara nos ajude a poder me autorizar, na peça orçamentária, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para que eu direcione o recurso. Eu tenho o recurso, mas não posso pagar; só vou poder pagar se for autorizado”. Esta emenda está autorizando o governo a pagar. E aí o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Ver. Moisés, não deve ter entendido, não acatou a emenda solicitada pelo próprio prefeito; a base do governo não fez, nós fizemos. Aí, o governo diz o seguinte: “Dialogo com a oposição, dialogo com a sociedade, dialogo com as entidades”. Qual foi o diálogo que o governo fez com os servidores, se o próprio

governo, o prefeito, veio aqui e disse que ia chamar os vereadores, que ia chamar os sindicatos para conversar, e não chamou! Aqui está o início ou o fim! Se acatar a emenda, o governo vai poder pagar no início do ano que vem. Vejam só, no início do ano que vem. Porque isso aqui é para o ano que vem! O governo vai reter esses valores até quando? Até o ano que vem, até o fim do ano que vem, todo o governo! O governo vai incorrer em improbidade administrativa. Ouçam o que eu estou dizendo, é um alerta! Por isso pedimos apoio aos vereadores e vereadoras para podermos aprovar a Emenda nº 07. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Colegas vereadores e vereadoras, Presidente Giovane Byl, eu subo aqui para fazer a defesa dessa Casa de Acolhimento à população LGBTQIA+, porque precisamos falar sobre um recorte bem específico, Presidente. Nós, que trabalhamos uma perspectiva de acolhimento, nós que trabalhamos uma perspectiva real da inclusão não podemos refutar do Orçamento essa população. Isso é importante. Trazer à luz esse debate é evidenciar algo que é muito necessário e é urgente de ser feito aqui neste espaço. Quando foi feita essa proposta, que foi retirada pelo relator, nós especificamos, e eu faço questão de trazer aqui, parte do porquê dessa defesa. A população de LGBTQIA+ continua sendo a que mais sofre com violência de toda ordem, continua sendo a que mais morre de morte violenta no Brasil. O Brasil, aliás, é o país que mais mata essa população.

Quando a gente propôs e colocou isso dentro do Orçamento, quando nós fizemos essa organização e essa articulação, é justamente para garantir o direito daqueles que estão ali compondo o nosso orçamento, porque pagam um imposto. Precisa ser respeitada e precisa trazer dessa maneira, e acho que, em definitivo, a minha defesa é para a garantia, por conta de que se nós enquanto Legislativo não apresentarmos uma possibilidade real, se nós não dermos aqui o caminho, em definitivo nós estamos chancelando para que essas violências continuem se perpetuando. É minha responsabilidade, até por fazer parte desta comunidade, e é minha responsabilidade, enquanto Legislativo, fazer esse movimento de trazer aqui a importância de garantir esta emenda. Nós estamos falando da inclusão, nós estamos falando de trazer para um espaço de acolhimento, nós estamos falando de cuidado, nós estamos falando da garantia de um direito. Quando o Município se exime disso, quando nós não debatemos, dessa forma mais ampla, essa garantia de direito, nós estamos corroborando para que a violência continue, nós estamos corroborando para que não tenha nenhum espaço de atenção nesta, que é a capital do Estado do Rio Grande do Sul, e que traz como parte

significativa de um debate muito mais ampliado, uma vereadora que se coloca à disposição para, inclusive, Presidente Giovane Byl, especificar cada uma dessas que foram propostas aqui, uma dessas emendas, de forma bem detalhada. Eu fico muito sensível ao debater isso por saber dessas necessidades específicas e, principalmente, por ter a compreensão de que nós temos essa responsabilidade nesta Casa. Quando a gente retira do Orçamento essa que é uma população economicamente ativa, essa que é uma população que contribui, colabora e que tem nesta representante a possibilidade hoje de questionamento dessa retirada, nós estamos, sim, todos nós nesta Casa, tanto o Legislativo quanto o Executivo, colaborando para que a violência continue, para que a população LGBTQIA+, QIAP+, continuem sem um espaço de acolhimento, continuem sofrendo e sofrendo, sem nenhum tipo de encaminhamento adequado. Esta é a nossa defesa.

Para além disso, eu também acho que preciso falar sobre isso, porque nós temos, já finalizando o meu tempo, mas acredito que nós precisamos ter a responsabilidade devida. Quando o relator retira essa possibilidade, ele está chancelando para que a violência continue, e eu aqui deixo registrado o meu posicionamento, porque eu não vou corroborar para que isso permaneça. Nós precisamos ter o mínimo de responsabilidade com quem compõe a sociedade. Não vamos ser nós que vamos colaborar para que continue esse processo de exclusão. Eu faço esse movimento e chamo, mais uma vez, a atenção dos senhores e das senhoras para que esta não seja a última opção dada para algo que é tão importante para a sociedade porto-alegrense.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 024/22.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Fiz questão de defender a inclusão da Casa de Acolhimento à população LGBTQIA+ justamente por entender que a violência que essa população sofre no Rio Grande do Sul é abismal, é bizarro, assim como a violência contra as mulheres. O Estado que mais permite a violência contra as suas mulheres é o Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre também está no topo desse *ranking*. A gente só tem uma casa de acolhimento às mulheres vítimas de violência. Todo mundo aqui coloca que é importante, sim, denunciar, que é importante se mobilizar contra isso, que isso é uma barbárie, mas, na hora de a gente encaminhar política pública para que, de fato, a denúncia se expresse num acolhimento real e concreto e, a médio prazo, a gente consiga subverter esses índices, na hora da votação daquilo que pode realmente amenizar essa situação descontrolada de violência contra o nosso próprio povo, a gente não pode contar com os votos da bancada dos vereadores do governo, a gente não pode contar com o governo Melo. É muito triste, porque se trata de vidas, é muito triste porque se trata de uma hipocrisia que muito se debate aqui, do combate às violências, porque a gente não quer mais violência, mas, infelizmente, os

dados estão aí, as políticas públicas vêm sendo apresentadas e, paulatinamente, a gente vem perdendo todas as iniciativas, sem debate, sem discussão, porque nem coragem de subir a esta tribuna têm, para colocar por que não e por que não é necessário, em Porto Alegre, com os índices que a gente tem de violência, de opressão e de exploração dessa parcela da nossa população, que também trabalha, que também paga seus impostos, que existe e que a gente, muitas vezes, nega essa existência e deixa mesmo que a violência dê conta de ir extinguindo paulatinamente esse pessoal que a gente não gosta. É assim que funciona aqui na Câmara de Vereadores. Não gostam da diferença, criminalizam a diferença e, se tiver que deixar morrer, vão deixar morrer as mulheres pobres, a população LGBT, a população em situação de rua, os indígenas, os quilombolas, não tem política. Para onde vai o Orçamento da cidade? Para onde vão os recursos públicos? É isso que a gente está discutindo aqui, quais são as prioridades da agenda do governo senão para aqueles e aquelas que estão mais desassistidos, que estão à margem, que estão pedindo socorro, através dos nossos mandatos. Então é uma hipocrisia a gente sair de um Setembro Amarelo, ter toda a mobilização aqui nas redes sociais dizendo que é importante, sim, evitar que cada vez mais as doenças de saúde mental, depressão e ansiedade se espalhem na nossa população, sendo que quando a gente pensa espaços de acolhimento psicossocial, para a população que mais necessita hoje na cidade de Porto Alegre, a gente não pode contar com os votos do governo Melo. Então é isso. É mais uma denúncia do que uma tentativa de convencer quem não está a fim de ser convencido. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 024/22.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Muito importante a aprovação desta emenda. As primeiras iniciativas do nosso mandato foram dois PLs. Na verdade, acabaram virando dois PIs – projetos indicativos que foram aprovados. Um deles era da Casa de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência Márcia Santana, que felizmente saiu do papel. Nós direcionamos boa parte das nossas emendas parlamentares impositivas para a constituição desse projeto que está saindo do papel este ano; como já foi dito aqui, uma política muito importante. Nós sabemos que as mulheres são vítimas de violência, vão até a delegacia, mas, muitas vezes, não têm para onde se direcionarem após o registro da ocorrência, porque a sua casa é muito vulnerável, porque não têm recursos para se deslocarem. Essa política que está sendo implementada, a partir de um projeto indicativo nosso, muito nos honra, mas ela necessita de orçamento.

O segundo projeto indicativo foi justamente a Casa de Acolhimento para a População LGBTQIA+, também um projeto indicativo do nosso mandato e que por isso é tão importante o direcionamento desta emenda neste momento; caso contrário, a violência permanecerá assolando essa população. O Brasil é um dos países que tem os

maiores índices de violência e de homicídios vinculados à questão trans, travesti, LGBT em geral. Se nós não tivermos uma política efetiva, se não tivermos uma casa de acolhimento para essa população, estaremos corroborando com essa prática nefasta, perversa que permeia a história de nosso País.

Como autor do projeto indicativo da Casa de Acolhimento à População LGBT, requisito, peço encarecidamente que essa iniciativa da Ver.<sup>a</sup> Daiana seja aprovada e que tenhamos essa política sendo implementada na nossa capital. Assim como eu peço que a Prefeitura efetive logo a casa de acolhimento à mulher vítima de violência. O recurso já foi direcionado, nós já visitamos a casa, é um espaço espetacular, mas tem que ser implementado com celeridade, porque nós vemos o aumento dos feminicídios em todo o País, no nosso Estado e na nossa capital. Com certeza, essa é uma política urgente e deve ser implementada, assim como a casa de acolhimento à população LGBT aqui no nosso Município. É uma política pública, ela traz resultados efetivos, ela faz com que tenhamos uma vinculação e uma observação aos direitos humanos e coloca a nossa capital em outro patamar, inclusive internacional, de respeito à diversidade. Não adianta só fazer discursos bonitos em períodos eleitorais, não adianta apresentar propagandas durante alguns determinados períodos, porque geram votos, porque trazem simpatia, porque angariam um público determinado, e, no dia a dia, no mundo real, não colocar em prática essa política, não direcionar recursos para essa política, menosprezar essa política. Eu tenho certeza de que é possível sim nós criarmos pontes, efetivarmos essa iniciativa, porque ela vai trazer boas práticas para o nosso Município, uma sensibilização maior da nossa população. E não por acaso, junto com a Ver.<sup>a</sup> Daiana, também aprovamos o Dia da Visibilidade Trans, o Transcidadania, que são políticas efetivas no combate à LGBTfobia. Contem com a gente nessas políticas que precisam ser cada vez mais implementadas em todos os espaços. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 08, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 15 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

Registramos a intenção do Ver. Gilson Padeiro em votar “sim” na Emenda nº 08 ao PLE nº 024/22.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 10, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB) (Requerimento):** Presidente, solicito a formação de um bloco de votação composto pelas Emendas nºs 11 e 13, destacadas, ao PLE nº 024/22.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Claudio Janta, o bloco composto pelas Emendas nº 11 e nº 13, destacadas, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM** e 18 votos **NÃO.**

Em votação a Emenda nº 15, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Laura Sito está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

**VEREADORA LAURA SITO (PT):** Boa tarde, minha emenda se refere o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos, de minha autoria, aprovado por unanimidade, aqui nesta Casa, e a ideia da emenda é que nós possamos detalhar melhor a sua condição de execução. Desde dezembro de 2021 esta Casa abraçou a sua responsabilidade de enfrentar a fome e a pobreza ao aprovar, por unanimidade, o nosso Programa Municipal de Aquisição de Alimentos. Protocolei esse projeto a partir de um diálogo com os movimentos sociais, com os conselhos de segurança alimentar municipal, estadual e com o Poder Executivo da cidade. Protocolei uma emenda para incluir o programa no Orçamento de 2023, inclusive o Ver. Moisés foi o relator e deu um parecer pela rejeição, por indicação existente de uma ação semelhante no Plano Plurianual, mas me permita aqui para que eu posso apresentar uma divergência que justifique a importância desta emenda. Os produtos que propusemos na emenda, além de ampliarem a capacidade do impacto do programa, apresentam metas mais afinadas com a própria lei, sem falar da importância inclusive das futuras destinações das emendas, uma ação específica do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos. Por isso peço a aprovação dessa nossa emenda. Neste momento histórico de um desmonte nacional dos programas, os instrumentos de combate à fome, a nossa atuação municipal é ainda mais importante. Veja bem, o Consea foi desmontado, o PAA e o Bolsa-Família foram extintos, o teto de gastos desidratou toda política de segurança alimentar, e o povo viu o salário real diminuir, perdendo completamente o poder de compra. Com o PAA, Porto Alegre vai incentivar o consumo de alimentação da agricultura familiar e vai fortalecer um circuito local de comercialização, beneficiando a rede socioassistencial, as cozinhas comunitárias, as redes de ensino e saúde, além do atendimento ao adolescente e ao idoso. Então nós vamos mostrar, mais uma vez, o nosso compromisso com o nosso Município com mais de 140 mil porto-alegrenses que vivem em situação de insegurança alimentar. São mais de 70 mil famílias em situação de pobreza extrema no nosso Município. A condição dessa população não é resultado da má sorte ou do acaso; é resultado de escolhas políticas e econômicas. Portanto, são novas escolhas e o reforço de programas de sucesso que permitirão a superação dessa situação tão desumana que é a condição de fome. O PAA precisa sair do papel com qualidade, e a garantia da sua execução e compromisso com as pessoas que precisam entrar no orçamento de uma forma integral e completa. É triste que nós estejamos aqui debatendo diversas emendas e que haja uma total falta de qualquer tipo de interlocução, de diálogo, de uma avaliação, de uma rejeição sobre as mesmas. Eu falo mais uma vez

aqui que nós estamos tratando de um tema que é estratégico na seguridade social da população de Porto Alegre, nós poderemos garantir a segurança alimentar e nutricional em uma capital em que quase 10% da sua população passa fome. É disso que nós estamos falando, de nós conseguimos afinar o orçamento de acordo com uma lei aprovada por esta Casa aqui. Portanto, sensibilizo os colegas vereadores e vereadoras para que nós possamos aqui aprovar essa emenda. Para mim, é muito triste que nós estejamos aqui debatendo a décima quinta emenda e visivelmente o governo tenha tido uma linha política de não dialogar sobre nenhuma delas, ou seja, estamos aqui mais uma vez como cartório, apenas chancelando a Lei de Diretrizes Orçamentárias e não fazendo um debate sobre a capacidade de investimento do nosso Município, debatendo de fato um compromisso com o desenvolvimento local. Infelizmente, mais uma vez, essa é a postura desta Casa que, por várias oportunidades, serviu ou apenas como cartório e não como um espaço capaz de produzir política, de debater política pública, de pensar o desenvolvimento do nosso Município. Quando a pequena política toma conta, nós deixamos de ter ações que podem, de fato, incidir, mudar a vida das pessoas. E, neste caso aqui, num tema tão delicado, falamos da vida, do que é essencial de cada um, a capacidade de subsistência de cada cidadão, cada cidadã porto-alegrense.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 15, destacada, ao PLE nº 024/22.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde novamente. Essa emenda abre uma discussão muito importante por que tem uma questão de fundo por trás da fome, que é importante a gente debater, analisar e, quem sabe um dia, tentar enfrentar. O Brasil é um dos maiores produtores de carne do mundo, e o próprio povo não consegue consumir aquilo que o país se especializou em produção por excelência. O Brasil exporta *commodities*, o Brasil exporta alimento, ao mesmo tempo em que nosso povo passa fome. Não tem como sobreviver a uma política de fomento à agricultura familiar sem nós enfrentarmos o latifúndio, sem nós enfrentarmos o agronegócio e sem enfrentar essa lógica de distribuição indiscriminada de agrotóxicos, por que daí sim as pessoas vão comer, mas não comer um alimento contaminado e falecer de câncer antes dos 30 anos. Lembrando sempre que o Rio Grande do Sul é um dos estados que lideram o *ranking* de doenças decorrentes da alimentação, da água que a gente bebe, do ar que a gente respira, e isso diz muito sobre esses pesticidas, sobre esses agrotóxicos que são proibidos nos próprios países em que são produzidos, e que, nos últimos anos de governo Bolsonaro, foram liberados indiscriminadamente, ou seja, estamos nos alimentando mal e estamos comendo alimento contaminado. Fortalecer a cultura familiar nesse sentido, do ponto de vista dos trabalhadores, das pessoas que necessitam receber um insumo básico para conseguir trabalhar no outro dia, é fundamental. Não dá para esperar que o agronegócio vá alimentar o nosso povo. Está colocado isso. E a gente sabe que esse é o motor da economia do nosso Brasil, mas é

um motor que vem levando o nosso País para trás. Desde que os colonizadores aqui chegaram, que os portugueses aqui chegaram, é o mesmo modelo de exportar *commodities*, pau-brasil, açúcar, café, vários ciclos e a gente não consegue desenvolver este País nem para o nosso povo conseguir se alimentar daquilo que produz. São essas desigualdades que a gente tem que enfrentar. E olhando mais especificamente para a política municipal, Porto Alegre perdeu uma baita de uma oportunidade, uma baita oportunidade, na pandemia, que foi apresentada também neste Parlamento, também pelos vereadores da oposição, que era a constituição de um Fundo Municipal de Segurança Alimentar, um fundo que fosse gerido por um conselho e que conseguisse absorver os recursos que vêm do PNAE – Plano Nacional de Alimentação Escolar –, os recursos que vêm para a alimentação, que são hoje organizados pela FASC, e os recursos que são destinados por emendas impositivas, geridos de forma transparente, partilhados de forma equitativa e também de forma que a gente conseguisse fiscalizar esses contratos de compra e venda de alimentação. Porque a gente sabe também que não basta ter recurso, a gente quer ter recurso, mas a gente quer ter poder de escolher aquilo que vai ser oferecido para as nossas famílias, na cesta básica, e para as nossas crianças, dentro da merenda escolar. A gente não quer esses produtos baratos, precários, para alimentar meia dúzia de empresas locais, que não têm compromisso com a saúde das nossas comunidades, que não têm compromisso com os filhos da classe trabalhadora, que acaba tendo que acessar esses produtos baratos que são oferecidos, e, infelizmente, a lei da licitação permite isso, aqueles que são mais baratos, mais precários, mais imundos acabam conseguindo concorrer, ganhar e oferecer esses produtos para o nosso povo. Não é isso que a gente quer! É qualificar o atendimento, é qualificar a política, há iniciativas nesse sentido, e a gente vai precisar de muito mais mobilização da nossa população que é atendida por todas essas políticas para conseguir mudar de vez essa história.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Registro a intenção da Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger em votar contrariamente às Emendas n<sup>os</sup> 11 e 13 ao PLE n<sup>o</sup> 024/22, votadas em bloco.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda n<sup>o</sup> 15, destacada, ao PLE n<sup>o</sup> 024/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda n<sup>o</sup> 16, destacada, ao PLE n<sup>o</sup> 024/22. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, eu queria, particularmente, me dirigir aos colegas vereadoras e vereadores do governo que ainda não indicaram voto nesta emenda. A emenda é muito simples: é para o fomento do carnaval de rua, dos blocos do carnaval de rua. Eu propus ao governo que seja favorável a pensar uma política para os blocos de carnaval de rua. Desde 1910

Porto Alegre tem os blocos de carnaval de rua, é a música popular, é a cultura popular, é o povo ocupando as ruas. Essa emenda é simples: o vereador que é a favor bloco de rua vota “sim”; o vereador que é contra bloco de rua, vota “não”. Vou instruir de novo: vota “sim” quem gosta de bloco de rua e apoia; vota “não” quem não gosta do povo na rua se divertindo nos blocos de rua. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 16, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADADA** por 11 votos **SIM** e 16 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 17, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Veja só, população de Porto Alegre, que gosta sempre do carnaval, dos desfiles das escolas de samba, essa emenda é para isso: é para a realização do carnaval 2023. O Marchezan foi o cara que atacou o carnaval. Ele foi lá dentro da escola de samba da Restinga, tocou tambor com os guris, e depois não mandou um pila para o carnaval, acabou com o carnaval. Para o Melo não fazer o mesmo, para apoiar a gurizada que gosta da boa cultura popular, estamos aqui com essa emenda, e queria pedir o apoio dos colegas. Eu queria só destacar um dado econômico: não se trata de uma emenda apenas pela questão cultural, eu como professor de música, sempre estarei do lado das artes, sempre! Mas a chamada economia criativa, cada R\$ 1,00 público investido gera R\$ 1,5, ou seja, a economia cresce, o carnaval é geração de dinheiro, é uma rede de pessoas que sobrevivem desse circuito cultural. Então quero pedir o apoio de vocês nesta emenda. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 17, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 18, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Esta emenda também é muito simples. A Feira do Livro, desde 1955, faz parte da história cultural de Porto Alegre, por isso nós precisamos fomentá-la. A Prefeitura não deve fazer como o governo Marchezan fazia, abandonar as letras, abandonar o fomento dessa tão importante atividade humana que é ler e escrever. Para o acesso ao livro, temos que abraçar a Feira do Livro. Quem é favorável à Feira do Livro, é simples, vota “sim”; quem não quer que destine recursos municipais para a Feira do Livro, vota “não”. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 18, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito formação de um bloco de votação composto pelas Emendas nºs 19, 20 e 23, destacadas, ao PLE nº 024/22, com acordo do Ver. Jonas, proponente das emendas.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o bloco composto pelas Emendas nºs 19, 20 e 23, destacadas, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Vamos encaminhar este bloco aqui, a Ver.<sup>a</sup> Cláudia me procurou, e a gente acha que é possível fazer essas três emendas na mesma discussão pela apreensão dos vereadores com o tempo; eu não tenho problema algum com o tempo. A questão do Funcultura, do Fumproarte e da descentralização da cultura em dezessete regiões do OP é fundamental. Há muito tempo, a gente reduz o investimento em cultura na capital. No último ano do governo da frente popular foram mais de R\$ 70 milhões investidos; agora, o orçamento deste ano para cultura é de R\$ 31 milhões. Então, é metade do que o PT destinou em 2004! E aí nós temos menos cultura do que no passado, menos fomento aos fundos, menos descentralização. Eu queria pedir a sensibilidade de vocês de aprovarem mais dinheiro para o povo das periferias fazer práticas culturais e aprender. Eu tive acesso às oficinas de descentralização da cultura, tive acesso à peça teatral lá no meu bairro, na associação. Eu queria que mais pessoas pudessem ter acesso, por isso eu queria que vocês pudessem aprovar que realmente os fundos fossem implementados. Esse bloco é simples: quem é a favor da descentralização da cultura vota “sim”, quem só quer cultura para os mais ricos vota “não”. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o bloco composto pelas Emendas nºs 19, 20 e 23, destacadas, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 10 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

**VEREADOR JONAS REIS (PT) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a formação de um bloco de votação composto pelas Emendas nºs 24 e 25, destacadas, ao PLE nº 024/22.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**VEREADOR JONAS REIS (PT) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a formação de um bloco de votação composto pelas Emendas nºs 26 e 27, destacadas, ao PLE nº 024/22.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Emenda nº 21, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** A Emenda nº 21, colegas, eu queria lembrar vocês, muitos já viram apresentações da Companhia Municipal de Dança que faz parte da Secretaria de Cultura, mas tem uma relação com a Secretaria de Educação. Muitos jovens puderam aprender dança, ao longo dos anos em Porto Alegre, que é uma arte importantíssima, através da Companhia de Dança, que hoje se encontra sem recursos. Os recursos servem para quê? Para contratar professores, não é nem concurso público, são professores contratados, são oficineiros. Então eu queria que vocês pudessem pensar de a gente ter mais acesso à dança na cidade, para a gente até formar pessoas nesse âmbito, por isso a Companhia de Dança é reconhecida por muitos que passaram pela Câmara e passaram pelo Paço Municipal, e esse bloco prevê o fomento mais forte à Companhia de Dança e também à Banda Municipal; por quê? A Banda Municipal está sem recursos até para contratar maestro, vejam só! Não podemos deixar a música à míngua, Prefeito Melo. Eu queria pedir a sensibilidade dos vereadores de entender que a Banda Municipal tem uma história de prestação de serviço ao povo de Porto Alegre no fomento à criação e à fruição da arte musical. Ela faz parte da nossa história, por que que a gente vai deixar a Banda Municipal à míngua, sem materiais, sem maestro? Eu vejo que o governo chama, às vezes, a Banda para tocar, uma banda sem maestro, não tem dinheiro para contratar maestro, secretário de Cultura. Estou tentando ajudar aqui o secretário de Cultura, estou tentando ajudar aqui o coordenador da Banda Municipal, que é músico. Esta é a minha tentativa neste bloco, Companhia de Dança e Banda Musical. Quem é a favor desses dois projetos vai votar “sim”, quem é contra vai votar “não”.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 21, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

(O Ver. Moisés Maluco do Bem assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 22, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal) **REJEITADA** por 09 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**.

(O Ver. Giovane Byl reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação o bloco composto pelas Emendas nºs 24 e nº 25, destacadas, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Então, povo de Porto Alegre que acompanha esse debate das emendas da LDO, aqui um bloco que trata do nosso Teatro Renascença e o que acontece lá dentro dele. Uma emenda para o fomento do Atelier Livre, para reformas e melhorias, e a outra emenda é para reformas e melhorias no Teatro Renascença, um espaço cultural, no coração da cidade, abandonado. Nós precisamos ter recursos, não adianta o prefeito ter secretário de cultura de enfeite, sem recurso para fazer acontecer nos espaços que tem. Não estou nem pedindo para fazer novos teatros, porque precisa. Restinga precisa de teatro, Belém Novo precisa de teatro; nós temos que ter teatro no Sarandi, nós temos que ter no Rubem Berta. Por que não tem no Mário Quintana, na Lomba do Pinheiro? Eu estou pedindo simplesmente para reformar o Teatro Renascença, que está na região Central. É isso o que eu estou pedindo. Não adianta o prefeito Melo ter a Secretaria de Cultura e não ter dinheiro, tem que ter, tem que prever isso. Ou é a favor de mais cultura, do Teatro Renascença aberto, funcionando a pleno vapor, ou é contra. Só tem dois votos: é a favor ou é contra. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o bloco de votação formado pelas Emendas nºs 24 e 25, destacadas, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

Em votação o bloco composto pelas Emendas nºs 26 e 27, destacadas, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Eu queria aqui, neste momento, me dirigir à população da Restinga, para a gente ver aqui quem é a favor mesmo ou contra a Restinga. A Emenda nº 26 é para a realização da Semana da Restinga, que há muito tempo já não se realiza mais, desde o governo Marchezan. Democratização cultural. E a realização da Semana do Hip Hop da Restinga, que há muito tempo não se faz, desde o

governo Marchezan. Então, nós estamos falando aqui de cultura na Restinga, depois nós vamos ver quem vai lá pedir voto para os moradores da Restinga. Então, o voto é simples aqui: ou é a favor de ter cultura, mais cultura, dinheiro para a Restinga retomar o que já tinha, não é nada novo, e os que... Ah! Enfim, gente, vote “sim”, a favor da Restinga, vote “não” quem não gosta de quem mora na Restinga e não quer que o governo faça ações culturais lá. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o bloco composto pelas Emendas nº 26 e nº 27, destacadas, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o bloco por 12 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo registra sua intenção de votar “não” a esse bloco.

Em votação a Emenda nº 28, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Eu venho aqui discutir essa Emenda nº 28 porque eu gostaria de ter três votos especificamente nela: da Ver.<sup>a</sup> Mônica, que tem proposto aqui medidas para esporte; do Ver. Cassiá e do Ver. João Bosco. A emenda diz o seguinte: “reforma de implantação de cobertura e manutenção de quadras poliesportivas dentro das escolas municipais”. Acreditem, povo de Porto Alegre, nós temos até hoje quadras esportivas de escolas municipais que não são cobertas. Então os vereadores que são a favor do esporte vão votar “sim”, porque nós não podemos aceitar que num dia chuvoso numa escola, um professor de Educação Física não possa dar aula. Então eu queria esse esforço da Câmara de que o governo pudesse prever a cobertura e a manutenção dessas quadras. O direito ao esporte é um direito fundamental! Esporte é saúde! Então eu quero pedir encarecidamente o voto dos meus colegas, que eu sei que são muito sensíveis à causa do esporte, têm uma história de luta nesse sentido, e, claro, os demais, evidentemente, porque se trata do voto. Quem é a favor esporte nas escolas municipais vota “sim”, quem não é, vota “não”. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 28, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 17 votos **SIM** e 16 votos **NÃO**, com o voto de desempate do Presidente.

**Vereador Jonas Reis (PT):** Quero agradecer aqui a sensibilidade e o voto de cada colega que entendeu a importância de a gente garantir, na LDO, o fomento a uma melhor prática esportiva dentro das escolas. Muito obrigado.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** O Ver. Jonas solicita a formação de um bloco de votação composto pelas Emendas de nºs 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35, destacadas, ao PLE nº 024/22. Pergunto aos líderes se temos acordo para a formação desse bloco?

**Vereador Claudio Janta (SD):** Não tem acordo para a formação do bloco de emendas.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 29, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM** e 15 votos **NÃO**.

Registro a intenção do Ver. Enio Kaufmann em votar “sim” na Emenda nº 29 ao PLE nº 024/22.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 30, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 31, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Essa emenda, para os vereadores que porventura não tenham conseguido ler, é muito simples, ela prevê acessibilidade nas escolas. Ainda não temos cem por cento de acessibilidade. A gente quer que o atendimento no ensino fundamental seja na mesma condição para todos, para todas, os alunos e alunas que ingressam na nossa rede. Então, é a garantia de um direito que está previsto na norma legal: a inclusão na educação. Muitas vezes, a gente fala “ah, vamos incluir, vamos incluir”, mas não tem as condições reais nos aparelhos escolares e muitas pessoas têm dificuldade. Explico por que esta emenda é importante. Muitas escolas de Porto Alegre, da rede municipal, são construídas em zonas elevadas. Então, é subida, é descida, é território íngreme, tem muita escadaria. Estou falando de muita escadaria mesmo. É o caso das escolas do Morro da Cruz, são quatro; as escolas da Lomba. Então, eu gostaria da sensibilidade dos colegas para a gente ter uma acessibilidade total nas escolas. Isso é pouco recurso. Vejam bem, façam esse esforço, votem “sim”, a favor da acessibilidade, da educação inclusiva. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 31, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 32, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 33, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Queridos colegas vereadoras e vereadores, eu, como professor, quero me dirigir a vocês, tentar sensibilizá-los. Hoje é o Dia Mundial do Professor, da professora, nós temos mais de 30 escolas municipais que precisam fazer reformas, vários tipos de reformas, e essa emenda é para isso. Dez escolas têm problema na caixa d'água, vejam só, o básico. Sem água no banheiro, sem água nas torneiras não tem como funcionar uma escola, não existe, uma escola que circula mais de mil pessoas por dia, entre jovens e adultos. Dez escolas, até hoje, com problemas em caixas d'água. Saiu uma secretária chamada Janaína, entrou uma secretária chamada Sônia, ambas professoras, como é que duas professoras não se sensibilizam com a causa da água potável dentro das escolas? Já está completando quase dois anos de governo. Tem escolas que o muro está caindo, como é o caso da Escola Especial Tristão, lá na Restinga. A Escola Alberto Pasqualini, na Restinga, uma escola enorme, tem infiltração no prédio principal. A escola foi feita há muito tempo e não tem reforma, não dá para o poder público fazer escolas e abandonar elas, é preciso ter reformas. Uma casa tem reforma, gente, ninguém faz uma casa e ela dura 50 anos. Eu estou tentando sensibilizar vocês que as condições de trabalho das professoras e professores estão sendo das piores possíveis à medida que o tempo passa. Como é que não consegue um governo fazer reformas? As mesmas obras, eu entreguei em março de 2021 para secretária Janaína, ela saiu, *tchau, tchau*, não durou um ano. Entreguei as mesmas obras, Ver.<sup>a</sup> Mari, para a secretária Sônia e até agora nada foi feito, não botam engenheiros, não fazem concurso para o setor de obras da SMED, como é que vai fazer? Escolas ficam fechadas, como ficou a Escola Pessoa de Brum, na Restinga Velha, porque deu um problema elétrico e não tinha uma equipe para salvaguardar, perdeu mais de uma semana de aula. Por que um filho de trabalhador na periferia pode perder aula? O filho do mais rico, na escola particular, não perde, não perde. Por que o prefeito não se comporta como prefeito de todos, de todas? Gente, a educação tem 25% do Orçamento, no ano passado a secretária Janaína não executou, tem mais de R\$ 200 milhões no caixa que o prefeito tem que executar este ano e o ano que vem, o que é isso? Isto é uma Prefeitura, é um governo ou é um encontro de amigos para comemorar no final do dia qualquer coisa? Contar piada, bravata, dar risada. A educação tem que ser prioridade neste Município, neste País; educação de qualidade não se faz jogando criança dentro da escola e não tendo estrutura. Essa é uma emenda fundamental, eu quero pedir a sensibilidade de vocês para isso e, porventura, se tiver alguém se fazendo de surdo, bote a mão na consciência, porque passou por um banco escolar, passou pela mão de um professor e agora vira as costas para a escola pública. Nós não podemos aceitar que os políticos deste Município virem as costas para escola municipal pública. Na eleição todo mundo fala: “Eu defendo a educação”. Qual educação? Defendes a educação do teu filho, porque a educação do filho do trabalhador tu não defendes, porque, quando teve uma emenda para qualificar e reformar as escolas, tu votaste contra. Então, povo de Porto Alegre, acompanhe bem este painel aqui, o nomezinho e o

sobrenome que aparecer em vermelho é de quem é contra as obras nas escolas. E reitero: faz dois anos que estou querendo ajudar o governo Melo – entreguei lá raios X que eu fiz, fui a cada uma das escolas, visitei, fotografei, está na mesa da secretária Sônia, que precisa trabalhar. O prefeito Melo precisa trabalhar! Então, votem nesta emenda, por favor. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 33, destacada, ao PLE nº 024/22, pelo governo.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente, só queria encaminhar dizendo que a demagogia está solta, está em tudo quanto é canto! O governo está contratando arquitetos, engenheiros para fazer reformas em todas escolas públicas, o governo está com dinheiro separado, está com tudo. Aí vir com demagogia para cá? Nós vamos votar contra essa emenda porque já existe a política no governo, determinada, de recuperar todas as escolas do Município de Porto Alegre. Nós não tínhamos quadro, porque fizemos agora, aprovada por esta Casa, a contratação de engenheiros e arquitetos. Então, vamos arrumar as escolas não porque o Ver. Jonas... Eu proponho que todas as emendas à LDO que ele apresentou, que ele use o dinheiro das emendas impositivas para dar essas emendas, e não venha para cá fazer essa demagogia barata e braba.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 33, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal) **REJEITADA** por 13 votos **SIM** e 16 votos **NÃO**.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a formação de um bloco de votação composto pelas Emendas nºs 34, 35, 36, 42, 43, 44, 45 e a 46, destacadas, ao PLE nº 024/22.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Consulto os vereadores se temos acordo para a formação do bloco.

**Vereadora Fernanda Barth (PSC):** Aprovo a formação do bloco.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o bloco de votação composto pelas Emendas nºs 34, 35, 36, 42, 43, 44, 45 e 46, destacadas, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Eu quero aqui colocar para o povo de Porto Alegre que este vereador, Jonas Reis, está lutando hoje para garantir mais direitos; que o orçamento seja democratizado; que as proposições sejam para todos, para todas; que as áreas que estão fragilizadas sejam acolhidas. Nós precisamos melhorar a tecnologia dentro das escolas de educação infantil. Escola de Educação Infantil não é depósito de criança, tem que ter materiais pedagógicos, tem que ter internet, Wi-Fi decente e não a que a gente tem hoje – isso está previsto numa dessas emendas do bloco. Está aqui nesse bloco também a revitalização de uma área de recreação que alaga – precisa de drenagem – no campo ali, no bairro Cristal, nas ruas Nossa Senhora das Graças e Alameda A. Por que o povo da periferia do pode ter acesso ao esporte? Esse é um questionamento, por isso eu peço que aprove. E mais do que isso, a saúde mental do Município também está aqui, nós precisamos ampliar, e eu falo com conhecimento de causa, eu fiquei quatro anos como diretor-geral do Simpa – Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, e ali eu pude aprender sobre os diferentes serviços públicos da capital. Os CAPSs estão jogados às traças, não se faz mais concurso para profissionais. Não tem psicólogo em número adequado para esses espaços e, durante a pandemia, nós tivemos um aumento de problemas psicológicos na população mundial e, em Porto Alegre, não foi diferente. Então eu queria a sensibilidade de vocês destinar recursos para melhoria dos CAPSs e a democratização do acesso à saúde mental. E queria também aqui, neste bloco, destacar que nós precisamos cuidar das especialidades em saúde deste Município, são 500 dias, em média – pesquisa divulgada dos jornais –, que um cidadão de Porto Alegre aguarda para fazer o primeiro encontro com o especialista, seja ele cardiologista, ortopedista, nutricionista, psicólogo, psiquiatra. Não é possível, gente, mais de um ano as pessoas esperando, nós estamos com vários processos junto à Defensoria Pública. Muito obrigado, defensor público Dr. Rafael, que tem ajudado sobremaneira várias pessoas na capital, judicializando, porque o poder público não quer garantir o direito fundamental à saúde para todas e todos. Então, tem que ir na justiça para que o prefeito trabalhe. Isso é impossível! Não pode ser assim.

E quero dizer mais: foi feito um concurso para agentes de endemias, e tem que chamar mais gente para combater essa propagação de doenças na cidade de Porto Alegre. São poucos os agentes de endemias, agentes de saúde. Eles ajudam. Agora está chegando o verão. Como é que a gente vai combater a chicungunha, a dengue, se há poucos trabalhadores para colocar as armadilhas em diferentes pontos da cidade, para fazer o diagnóstico? Nós não queremos o nosso povo morrendo de dengue em Porto Alegre, como todo ano acontece. E esse ano foi foco.

Então, são emendas fundamentais para que a gente tenha, de fato, mais acesso a direitos para a população de Porto Alegre. E aí, exploro, aqui, a sensibilidade dos colegas vereadoras e vereadores que entendem que todo cidadão tem que ter

direitos em Porto Alegre. O prefeito tem que prever o cuidado às pessoas, e isso não está acontecendo. Vem aqui um vereador dizer que estão fazendo obras nas escolas – isso não é verdade! Não é verdade, porque todos os dias eu converso com os professores, eu sou professor, eu sei o que está acontecendo nessa rede: está abandonada. Agora mesmo, hoje mesmo, dia 5 de outubro de 2022, faltam professores nas escolas porque esse governo não fez um concurso público decente. Sabem o que é isso? Perto de encerrar o último trimestre do ano, e ainda não ter professor de matemática, de português? Como é que a gente quer ir melhor no IDEB, se não tem o básico, que é o educador, a educadora? Então, menos defesa do governo e mais trabalho. Trabalhar é bom, e é o que a gente espera do prefeito Melo. Menos gogó e mais trabalho. Foi eleito para isso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o bloco de votação composto pelas Emendas nºs 34, 35, 36, 42, 43, 44, 45 e 46, destacadas, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 12 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 40, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha o debate da LDO, peça orçamentária fundamental para o futuro deste Município. Quero dizer que os vereadores e vereadoras passam, mas as políticas públicas ficam, e ficam sendo implementadas por servidoras e servidores públicos, e nós sabemos que existe o 14º salário para os agentes de saúde, que durante muito tempo era pago, é um incentivo. Sabem quanto é por servidor? R\$ 1.550,00. Tem uma portaria ministerial, do Ministério da Saúde, mas, no último trimestre, o governo parece que não quer pagar, mesmo tendo dinheiro em caixa. Então essa emenda é para pagar um direito garantido em lei para os agentes que trabalham muito, garantindo a prevenção e o acompanhamento inclusive de pessoas enfermas e acamadas. Sabe quem visita um acamado na cidade? Muitas vezes não é o médico, muitas vezes não é o enfermeiro, é o agente de saúde, é o que está mais perto, vai mais vezes. Esse agente que sobe e desce ladeiras nos morros da capital, que anda na chuva, que anda no frio, que anda no sol, porque muitos não saem nas intempéries, mas ele sai, ele está lá na ponta garantindo o cumprimento de metas da saúde para que a gente possa ter mais recurso federal. Não é possível que a gente não tenha previsto em lei garantir em Porto Alegre o pagamento desses trabalhadores. Eu queria fazer justiça aqui: vocês, agentes de saúde, fazem muito mais pela saúde de Porto Alegre do que o governo paga para vocês, inclusive o governo deve mais de 30% de reajuste de salário, e deve também o pagamento de vale-alimentação, sim!

O governo Melo deu calote, deve estar judicializado e tem que pagar! Tem muita gente que diz que defende a saúde, que defende os agentes, mas na hora de votar ali, vota vermelhinho, que é “não”; na hora de garantir em lei, vira as costas e depois

fica dizendo, chega lá no posto e diz: “Estou com vocês!” “Estou com vocês”, como assim? Teve o momento para abraçar a causa e garantir em lei, que inclusive pode, tem espaço, tem entrada com o prefeito para convencê-lo da necessidade de garantir direitos, e não o fez.

Nós devemos nos lembrar das pessoas aqui na votação. Eu, Ver. Jonas, vocês sempre me verão a favor da saúde do povo, portanto a favor de você, agente de saúde. Eu propus, está aqui a emenda, pagar o 14º salário, o Ministério da Saúde diz que tem que pagar, o governo tem dinheiro sobrando, será que vai fazê-lo? Será que os vereadores da base aprovarão? Não sei, eu gostaria enormemente de ter a aprovação unânime dessa emenda.guardo os votos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda n° 40, destacada, ao PLE n° 024/22.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Eu queria só expor ao Ver. Jonas que, com relação ao 14º, essa estrutura orçamentária da LOA já permite atender plenamente o 14º dos trabalhadores. Então é mais uma demagogia, porque isso vai ser cumprido na Lei Orçamentária. E com relação ao vale- alimentação, ele está judicializado, ele não pode ser incluído na LDO. Só para que o trabalhador saiba e depois não diga que nós estamos votando contra. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda n° 40, destacada, ao PLE n° 024/22, pela oposição.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Sr. Presidente, nós temos que ter muita calma aqui no que a gente diz. Esse 14º, que é o incentivo que vem para o agente comunitário de saúde e endemias, é o recurso que vem de fundo a fundo para o Estado e o Estado repassa ao Município, e o Município aos servidores. Houve um acordo, inclusive, lá no governo Marchezan, foi feita uma lei, no início do governo Marchezan, o secretário de saúde mandou uma lei aqui para a Câmara, nós aprovamos essa lei, que esse recurso – ou no governo anterior, não sei se estou bem situado – fosse destinado em dinheiro para o agente comunitário de saúde e endemias. Continuou-se, então, passando esse recurso à medida que o Estado ia repassando para os trabalhadores. O problema maior, e aí o Jonas tem razão, faz mais de dois anos, no governo Melo, que esse recurso, o Estado repassa para o Município e os trabalhadores não estão recebendo os recursos. Então, tem lógica aqui a preocupação do colega vereador, porque o Município recebe do Estado e não repassa para os servidores. Eu acho que o governo tem que rever isso. Necessariamente, o Ver. Jonas subentende que

isso teria estar na Lei de Diretrizes Orçamentarias; pode até não estar, mas o governo tem que repassar, senão é uma apropriação indébita.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 40, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 41, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha este debate aqui, bem lembrou o Ver. Claudio Janta; este vereador, Jonas Reis, foi quem propôs mais de 40 emendas à LDO. Por quê? Porque nós somos sensíveis às causas das pessoas que nos procuram, nós queremos incluir mais direitos para a cidadania de Porto Alegre, e esta emenda não é diferente. Esta emenda, lá no governo Marchezan, governo de inclinação autoritária, desde abril de 2020, não pagou o vale-alimentação dos agentes de saúde, sequestrou. Todos os trabalhadores ganham vale-alimentação. Todos! De todos os setores! Mas o Marchezan, naquele ímpeto autoritário, decidiu que deveria cortar. E, sim, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, está judicializado, porque as associações e sindicatos foram buscar na justiça o direito que o governo Marchezan começou a tirar e o Melo continuou, não implementou. O Melo poderia sair bem dessa jogada, dizendo: “Não, o Marchezan errou e eu vou acertar, agora vou pagar o vale retroativo.”

Então, aqui nós queremos prever. Eu quero ajudar o Melo. Veja bem, eu não estou sendo oposição neste momento, por incrível que pareça. Eu estou sendo quase um vereador da situação, ajudando o prefeito a ficar de bem com os agentes de saúde. Ver. Jonas Reis, pela primeira vez, propondo uma emenda para ajudar o Melo a encerrar com calote dos vales-alimentação criado pelo governo Marchezan.

Agora, quero lembrar que o Marchezan não chegou a 22 mil votos em Porto Alegre e, outrora, fora eleito prefeito. As urnas trazem a magia da verdade, a resposta do povo. Eu não tenho medo de urnas. Eu acho importante a festa da democracia. Eu acho que o prefeito Melo tinha que entender que o governo anterior nem foi para o 2º turno porque tirou direitos da população, tirou o segundo passe que tinha no transporte, não investiu em saneamento, não criou vagas em escolas, amordaçou a saúde. E o governo Melo pode o quê? Pagar agora, pelo menos retroativo, mais de 13 meses de vale-alimentação que ficaram pendentes. Estou falando porque é pouco dinheiro. É uma mesquinharia o governo deixar essa ação judicializada. Chama o sindicato: “Oh, gente, vamos pagar vocês. Vocês estão trabalhando, vocês trabalharam naquela época, todos os meses, e não receberam o vale-alimentação.” Gente, faz muita diferença para quem ganha pouco mais de um salário mínimo, que é o salário do agente de saúde. Então vamos ser sensíveis a isso. Não há, contra fatos do autoritarismo do governo anterior, argumentos que convençam que não se deve pagar porque está judicializado. Justamente, secretário Sparta, tem que chegar lá para o prefeito Melo e dizer: “Melo,

vamos pagar os caras. Os caras trabalharam. Vamos apoiar os guris”. Como diz o ditado popular: ou está com a população, ou está contra. E quem está contra não apoia o servidor público, que trabalha e faz a saúde acontecer. Eu deixo aqui o meu abraço aos agentes de saúde e digo que nós não vamos arredar o pé até tudo que é de direito de vocês, centavo por centavo, entre na conta de vocês, porque vocês trabalham, e nós, políticos, todo mês, recebemos o nosso salário, em dia! Eu quero que vocês também recebam o que vocês têm de direito. Não estamos falando em alargar direito, vejam bem, é só pagar um direito previsto em lei: vale-alimentação. Prefeito, o senhor almoça todo dia, não é? Pois, os agentes, durante 13 meses não receberam dinheiro para almoçar, e trabalharem. Então, o senhor pode fazer justiça com as suas próprias mãos aos servidores da saúde desta capital. Obrigado e peço voto à sensibilidade de todas as colegas, de todos os colegas nesta emenda.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 41, destacada, ao PLE nº 024/22.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Presidente, só para esclarecer ao Ver. Jonas. Isso foi judicializado antes do governo Melo, e nós estamos discutindo aqui, nós estamos votando se estará ou não na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e não se têm direito ou não. A gente sabe que os agentes comunitários têm direito, foi trabalhado e estão lá, e o prefeito vai pagar, com certeza. Mas nós estamos discutindo aqui é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que não pode ter esta emenda, visto que está judicializado.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 41, destacada, ao PLE nº 024/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**.

Em votação o bloco composto pelo PLE nº 024/22 e pelas Emendas nºs 04, 05, 09, 12, 14, 37, 38 e 39, aprovadas pela CEFOR. (Pausa.) O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Rapidamente, Presidente, todos os colegas; eu, como todos os colegas que estão participando desta sessão, a gente ouviu uma série de intempéries ditas neste microfone pelo Ver. Jonas, por exemplo, vamos nominar as coisas. Ver. Jonas, eu não tenho nenhuma procuração, não sou defensor nem da paz, eu sou um vereador independente, eu quero ressaltar aqui para quem nos acompanha na sessão de hoje o seguinte: o senhor disse agora na sua última fala expressões como "ah, eu estou pela primeira vez aqui apresentando uma emenda para ajudar o governo". Eu me envergonharia se fosse V. Exa., o senhor assume

que todas as suas emendas eram para prejudicar o governo ou o orçamento do governo. Eu também tenho vergonha quando o senhor usa a expressão "ah, uma jogada, o prefeito Melo pode fazer uma jogada para se sair bem", e por aí a gente vê o que o senhor faz. Tudo é uma jogada para o senhor. O senhor tem que ter mais responsabilidade para dizer que os vereadores, que, às vezes, votam "não" para alguma emenda, eles têm a responsabilidade de saber que o orçamento é finito. Eu sou relator, por isso estou encaminhando aqui essas emendas de forma favorável, para dizer aqui uma vez só: eu gostaria que tivessem recursos para fazer benesses sem fim. Eu poderia fazer uma emenda aqui pelo fim da fome em Porto Alegre, e subir, assim como o senhor subiu, demagogicamente, e dizer assim: os colegas que votarem contra são a favor da fome! E fazer um *cardzinho* para botar nas redes e dizer: olha, esses vereadores foram a favor da fome. O senhor pode ter um pouco mais de responsabilidade? O senhor pode ter um pouco mais de honestidade intelectual? Se o senhor somar as emendas que o senhor propôs, o senhor vai entender, ou teria que ter dignidade de dizer para o seu eleitor que não tem como fazerem a aprovação de todas as suas emendas. Some o valor das suas emendas, Ver. Jonas! Some elas e veja o valor que dá. Então, a gente sabe disso, mas a gente fica cansado, a gente fica cansado de demagogia. Eu não tenho procuração para defender, não sou líder do governo, não sou vice-líder do governo, mas vamos ter um pouco mais de honestidade intelectual com o cidadão de Porto Alegre. Nós estamos falando do orçamento, que é finito. Ele é finito, o senhor queira, ou não! Então, os vereadores que eventualmente votam "não" em alguma coisa, são única e exclusivamente por responsabilidade. Eu não vou ir lá no seu orçamento, o senhor ganha quanto, Ver. Jonas, o senhor ganha líquido R\$ 10 mil, R\$ 11mil? Eu vou lá, propor no orçamento da sua casa, o que não cabe no seu orçamento, essa é a verdade. Estou cansado de demagogia. Como relator, claro que encaminho "sim" às emendas que nós relatamos como favoráveis, e, eventualmente, as outras emendas nós temos que ver a capacidade orçamentária na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Mais responsabilidade, mais honestidade intelectual, e parem de ficar jogando com as palavras, como se tudo fosse uma jogada. Se todas as emendas que o senhor fez até hoje foram para precificar, é um problema seu, e eu estou usando as suas palavras. O senhor que subiu na tribuna para dizer que só agora o senhor estava fazendo uma emenda para ajudar. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do bloco composto pelo PLE nº 024/22 e pelas Emendas nºs 04, 05, 09, 12, 14, 37, 38 e 39 ao PLE nº 024/22, aprovadas pela CEFOR.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre, que acabou de ouvir o ex-líder do falecido governo Marchezan; já se foi o governo Marchezan, foi para lixeira da história. O governo Marchezan acabou, Ver. Moisés, tu estás falando para as paredes. Eu vou te lembrar de novo: no domingo que passou, é recente, refresca

a memória, o Marchezan foi derrotado de novo em Porto Alegre, não fez 22 mil votos, Ver. Moisés. Tu vens aqui falar e dizer não sei o quê, eu tenho que te lembrar, não adianta tu pessoalizar aqui, me atacar, atacar o Ver. Jonas, eu não ataco pessoas, eu ataco ideias, eu estou falando do governo Marchezan. Ver. Moisés, eu tenho maior respeito pelo senhor, pelos votos que o senhor fez porque representa aqui uma fração dos anseios da população, agora o senhor não vem me dizer que o Orçamento é finito, uma coisa que todo mundo sabe. O Orçamento vai um pouco para um lado, outro pouco para o outro, agora o que vocês fazem é dizer que não tem orçamento para as coisas básicas, que é a educação, saúde, saneamento do povo. É isso que eu tenho que vir aqui dizer para o senhor. As minhas emendas eram para garantir direitos básicos constitucionais, queira o senhor ou não, tem os mínimos constitucionais que nem foram implementados no ano passado, isso o senhor não falou. A educação deixou de implementar 4%, que era obrigatório, por que o senhor não falou isso? Então, só para lhe lembrar, pela 15ª vez hoje, Ver. Moisés: o Marchezan não se elegeu deputado federal; eu apoiei a deputada Sofia Cavedon e o deputado Bohn Gass, que se elegeram. Então aí está o resultado da urnas de quem fala na tribuna, de quem não faz demagogia, de quem faz luta por direitos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o bloco composto pelo PLE nº 024/22 e pelas Emendas nºs 04, 05, 09, 12, 14, 37, 38 e 39 ao PLE nº 024/22, aprovadas pela CEFOR. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM** e 09 votos **NÃO**.

**Vereador Alvoní Medina (REP):** Votei “sim”, mas com ressalva na Emenda nº 05, que sou contra – eu havia conversado também com o líder do governo e demais vereadores, que limitaria em R\$ 20 mil, e não em 20 emendas.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Feito o registro, vereador.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo Ofício nº 3997/22, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, encaminhando o PLCE nº 014/22.

**Vereador Claudio Janta (SD):** Sr. Presidente, em virtude do pregão de agora, nós, o conjunto de todos os membros desta Casa, com certeza, fizemos um apelo à Mesa Diretora, para encaminhar hoje ainda à Procuradoria da Casa, para nós já termos o relatório do procurador, para segunda-feira nós apresentarmos esse projeto na reunião conjunta das comissões para ver se votamos na semana que vem. Nós fizemos esse apelo, em nome dos 36 membros desta Casa.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Feito o registro. A Mesa Diretora vai dar prioridade e celeridade, dentro do Regimento e da legalidade da Casa.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Nobre Presidente, nós, inclusive, já tínhamos conversado com o prefeito, nesses dias tumultuados em relação ao passe livre, e sei que o prefeito esteve aqui na Casa conversando com a base do governo. Nós vamos dar acordo para a reunião conjunta das comissões, inclusive vamos votar a favor do projeto de lei, da gratuidade do passe livre no 2º turno. É esse o projeto de lei. Além disso, vamos dizer, no momento oportuno, que é importante que no dia do passe livre o número de ônibus não fique somente naquela quantidade normal aos domingos, mas, sim, como em dias de semana, porque o número de votantes é superior ao número de trabalhadores do dia a dia. Portanto, nós que visualizamos e acompanhamos a eleição, percebemos que no domingo foi uma situação muito delicada e difícil para os cidadãos votarem porque os ônibus estavam completamente lotados. Mas nós temos convergência nessa posição. Obrigado.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB):** Feito o registro. Nada mais havendo a tratar, gostaria de agradecer a presença de todos os vereadores e do público que nos assistiu até aqui. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h31min.)

\* \* \* \* \*